MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped **Versão: 10.1.4**

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
42300045128	10.158.356/0001-01	
NOME EMPRESARIAL		
CPX DISTRIBUIDORA SA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2022 a 31/03/2022
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
Livro Diário Fiscal	22
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
15.FD.63.74.E7.88.CB.65.DF.EB.74.29.F7.4F.76.64.FE.0D.02.FC	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10158356000101	CPX DISTRIBUIDORA S A:10158356000101	295899381770252055 9219933380	02/05/2023 a 01/05/2024	Sim
Contador	02372546970	JOEL GONCALVES DE DEUS:02372546970	605221098672926894 17682775871	27/10/2021 a 26/10/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

15.FD.63.74.E7.88.CB.65.DF.EB.74.29.
F7.4F.76.64.FE.0D.02.FC-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 25/05/2023 às 15:47:06

ED.96.08.52.42.52.67.57
00.91.48.FA.01.43.18.B1

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/03/2022	CNPJ:	10.158.356/0001-01
Número de Ordem do Livro:	22		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Março de 2022		

TERMO DE ABERTURA	
Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
NIRE	42300045128
CNPJ	10.158.356/0001-01
Número de Ordem	22
Natureza do Livro	Livro Diário Fiscal
Município	Itajaí
Data do arquivamento dos atos constitutivos	15/07/2008
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/03/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	6620871

TERMO DE ENCERRAMENTO	
Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
Natureza do Livro	Livro Diário Fiscal
Número de ordem	22
Quantidade total de linhas do arquivo digital	6620871
Data de inicio	01/01/2022
Data de término	31/03/2022

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/03/2022	CNPJ:	10.158.356/0001-01
Número de Ordem do Livro:	22		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Março de 2022		

22

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Ativo		R$ 562.320.321,69	R$ 733.388.321,59
Ativo circulante		R$ 475.619.772,64	R$ 602.081.159,21
Disponível		R$ 2.217.356,76	R$ 35.405.324,01
Clientes		R$ 80.923.214,91	R$ 122.548.722,22
Outros Créditos		R$ 163.516.563,34	R$ 149.741.500,72
Estoques		R$ 223.194.247,47	R$ 288.231.208,50
Despesas pagas antecipadamente		R$ 5.768.390,16	R$ 6.154.403,76
Ativo não circulante		R$ 86.700.549,05	R$ 131.307.162,38
Ativo Realizável a Longo Prazo		R$ 78.701.912,16	R$ 121.256.714,71
Imobilizado		R$ 6.859.187,14	R$ 8.910.997,92
Intangível		R$ 1.139.449,75	R$ 1.139.449,75
Passivo		R$ 562.320.321,69	R$ 733.388.321,59
Passivo Circulante		R$ 370.358.964,24	R$ 422.016.061,88
Fornecedores		R$ 297.814.656,22	R$ 350.489.752,95
Obrigações Tributárias		R$ 57.770.269,97	R$ 53.918.779,02
Obrigações Trabal. e Previd		R$ 4.058.127,43	R$ 3.682.733,64
Outras Obrigações		R$ 10.715.910,62	R$ 13.924.796,27
Passivo Não Circulante		R$ 61.705.839,51	R$ 113.203.701,80
Empréstimos e Financiamentos		R$ 49.619.338,70	R$ 50.949.539,16
Fornecedores		R$ 12.086.500,81	R$ 62.254.162,64
Patrimônio Líquido		R$ 130.255.517,94	R$ 198.168.557,91
Capital social		R$ 50.000.000,00	R$ 75.000.000,00
Reservas		R$ 58.480.206,31	R$ 51.480.206,31
Lucros ou Prejuízoa acumulados		R$ 21.775.311,63	R$ 71.688.351,60

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/03/2022	CNPJ:	10.158.356/0001-01
Número de Ordem do Livro:	22		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Março de 2022		

22

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RESULTADO DO EXERCÍCIO		R$ 47.660.131,61	R$ 67.913.039,97
(-) Despesas e Custos		R$ (48.871.850,23)	R$ (54.498.313,99)
(-) Despesas Operacionais/Admistrativas		R$ (48.871.850,23)	R$ (54.498.304,91)
(-) Despesas Administrativas		R$ (48.871.850,23)	R$ (54.498.304,91)
(-) Despesas não operacionais		R$ (0,00)	R$ (9,08)
(-) Outros Resultados Negativos		R$ (0,00)	R$ (9,08)
RECEITAS		R$ 119.682.863,39	R$ 126.560.649,30
Receitas Operacionais		R$ 119.682.863,39	R$ 126.560.649,30
Receita Bruta de Vendas e Serviços		R$ 412.630.572,88	R$ 462.720.570,33
(-) (-) Deduções da Receita Bruta		R$ (313.794.743,72)	R$ (348.591.876,21)
Receitas Financeiras		R$ 12.287.997,05	R$ 7.668.298,45
Outras Receitas Operac.		R$ 8.559.037,18	R$ 4.763.656,73
(-) CONTAS DE APURAÇÃO		R$ (23.150.881,55)	R$ (4.149.295,34)
(-) Obrigações Tributárias		R$ (23.150.881,55)	R$ (4.149.295,34)
(-) Obrigações Tributárias		R$ (23.150.881,55)	R$ (4.149.295,34)
(-) TRANSITÓRIAS / LIVROS FISCAIS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) TRANSITÓRIAS / LIVROS FISCAIS		R$ (0,00)	R$ (0,00)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.8

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
42300045128	10.158.356/0001-01	

NOME EMPRESARIAL
CPX DISTRIBUIDORA SA

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/04/2022 a 30/06/2022
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO FISCAL	23

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
07.4E.81.DC.7D.77.A8.0F.CE.54.35.6A.84.43.4D.02.55.AD.C2.52

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10158356000101	CPX DISTRIBUIDORA SA:10158356000101	295899381770252055 9219933380	02/05/2023 a 01/05/2024	Sim
Contador	02372546970	JOEL GONCALVES DE DEUS:02372546970	605221098672926894 17682775871	27/10/2021 a 26/10/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

07.4E.81.DC.7D.77.A8.0F.CE.54.35.6A.
84.43.4D.02.55.AD.C2.52-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 13/06/2023 às 12:37:32

14.6B.E4.91.6F.3D.43.92
DE.28.C3.5C.5B.9A.2C.A2

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA		
Período da Escrituração:	01/04/2022 a 30/06/2022	CNPJ:	10.158.356/0001-01
Número de Ordem do Livro:	23		
Período Selecionado:	01 de Abril de 2022 a 30 de Junho de 2022		

TERMO DE ABERTURA	
Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
NIRE	42300045128
CNPJ	10.158.356/0001-01
Número de Ordem	23
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO FISCAL
Município	Itajaí
Data do arquivamento dos atos constitutivos	15/07/2008
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	30/06/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	7974201

TERMO DE ENCERRAMENTO	
Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO FISCAL
Número de ordem	23
Quantidade total de linhas do arquivo digital	7974201
Data de inicio	01/04/2022
Data de término	30/06/2022

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA		
Período da Escrituração:	01/04/2022 a 30/06/2022	CNPJ:	10.158.356/0001-01
Número de Ordem do Livro:	23		
Período Selecionado:	01 de Abril de 2022 a 30 de Junho de 2022		

23

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Ativo		R$ 733.388.321,59	R$ 840.934.577,12
Ativo circulante		R$ 602.081.159,21	R$ 679.452.307,66
Disponível		R$ 35.405.324,01	R$ 42.131.173,68
Clientes		R$ 122.548.722,22	R$ 219.863.948,46
Outros Créditos		R$ 149.741.500,72	R$ 125.611.414,35
Estoques		R$ 288.231.208,50	R$ 276.940.932,14
Despesas pagas antecipadamente		R$ 6.154.403,76	R$ 14.904.839,03
Ativo não circulante		R$ 131.307.162,38	R$ 161.482.269,46
Ativo Realizável a Longo Prazo		R$ 121.256.714,71	R$ 147.012.690,05
Imobilizado		R$ 8.910.997,92	R$ 12.605.547,79
Intangível		R$ 1.139.449,75	R$ 1.864.031,62
Passivo		R$ 733.388.321,59	R$ 840.934.577,12
Passivo Circulante		R$ 422.016.061,88	R$ 422.064.698,38
Fornecedores		R$ 350.489.752,95	R$ 344.761.470,71
Obrigações Tributárias		R$ 53.918.779,02	R$ 39.479.734,30
Obrigações Trabal. e Previd		R$ 3.682.733,64	R$ 6.825.774,45
Outras Obrigações		R$ 13.924.796,27	R$ 30.997.718,92
Passivo Não Circulante		R$ 113.203.701,80	R$ 195.328.665,27
Empréstimos e Financiamentos		R$ 50.949.539,16	R$ 31.214.808,90
Fornecedores		R$ 62.254.162,64	R$ 164.113.856,37
Patrimônio Líquido		R$ 198.168.557,91	R$ 223.541.213,47
Capital social		R$ 75.000.000,00	R$ 75.000.000,00
Reservas		R$ 51.480.206,31	R$ 51.480.206,31
Lucros ou Prejuízoa acumulados		R$ 71.688.351,60	R$ 97.061.007,16

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA		
Período da Escrituração:	01/04/2022 a 30/06/2022	CNPJ:	10.158.356/0001-01
Número de Ordem do Livro:	23		
Período Selecionado:	01 de Abril de 2022 a 30 de Junho de 2022		

23

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RESULTADO DO EXERCÍCIO		R$ 67.913.039,97	R$ 33.442.655,56
(-) Despesas e Custos		R$ (54.498.313,99)	R$ (85.657.957,58)
(-) Despesas Operacionais/Admistrativas		R$ (54.498.304,91)	R$ (85.657.957,58)
(-) Despesas Administrativas		R$ (54.498.304,91)	R$ (85.657.957,58)
(-) Despesas não operacionais		R$ (9,08)	R$ (0,00)
(-) Outros Resultados Negativos		R$ (9,08)	R$ (0,00)
RECEITAS		R$ 126.560.649,30	R$ 129.574.701,27
Receitas Operacionais		R$ 126.560.649,30	R$ 129.574.701,27
Receita Bruta de Vendas e Serviços		R$ 462.720.570,33	R$ 461.586.359,57
(-) (-) Deduções da Receita Bruta		R$ (348.591.876,21)	R$ (348.772.419,24)
Receitas Financeiras		R$ 7.668.298,45	R$ 4.327.980,85
Outras Receitas Operac.		R$ 4.763.656,73	R$ 12.432.780,09
(-) CONTAS DE APURAÇÃO		R$ (4.149.295,34)	R$ (10.474.088,13)
(-) Obrigações Tributárias		R$ (4.149.295,34)	R$ (10.474.088,13)
(-) Obrigações Tributárias		R$ (4.149.295,34)	R$ (10.474.088,13)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped **Versão: 10.1.8**

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
42300045128	10.158.356/0001-01	
NOME EMPRESARIAL		
CPX DISTRIBUIDORA SA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/07/2022 a 30/09/2022
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
Livro Diário Fiscal	24
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
9C.BE.80.A7.EC.5C.08.13.36.72.79.05.43.88.D0.1D.FA.31.19.DC	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10158356000101	CPX DISTRIBUIDORA S A:10158356000101	295899381770252055 9219933380	02/05/2023 a 01/05/2024	Sim
Contador	02372546970	JOEL GONCALVES DE DEUS:02372546970	605221098672926894 17682775871	27/10/2021 a 26/10/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

9C.BE.80.A7.EC.5C.
08.13.36.72.79.05.43.88.D0.1D.FA.
31.19.DC-8

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 15/06/2023 às 10:13:11

D3.53.F9.D2.51.53.E6.6E
B7.AD.F9.06.2E.16.73.F9

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA		
Período da Escrituração:	01/07/2022 a 30/09/2022	CNPJ:	10.158.356/0001-01
Número de Ordem do Livro:	24		
Período Selecionado:	01 de Julho de 2022 a 30 de Setembro de 2022		

TERMO DE ABERTURA	
Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
NIRE	42300045128
CNPJ	10.158.356/0001-01
Número de Ordem	24
Natureza do Livro	Livro Diário Fiscal
Município	Itajaí
Data do arquivamento dos atos constitutivos	15/07/2008
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	30/09/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	10494474

TERMO DE ENCERRAMENTO	
Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
Natureza do Livro	Livro Diário Fiscal
Número de ordem	24
Quantidade total de linhas do arquivo digital	10494474
Data de inicio	01/07/2022
Data de término	30/09/2022

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA		
Período da Escrituração:	01/07/2022 a 30/09/2022	CNPJ:	10.158.356/0001-01
Número de Ordem do Livro:	24		
Período Selecionado:	01 de Julho de 2022 a 30 de Setembro de 2022		

24

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Ativo		R$ 840.934.577,12	R$ 938.483.030,24
Ativo circulante		R$ 679.452.307,66	R$ 791.695.506,44
Disponível		R$ 42.131.173,68	R$ 12.691.430,96
Clientes		R$ 219.863.948,46	R$ 270.220.148,56
Outros Créditos		R$ 125.611.414,35	R$ 203.304.509,74
Estoques		R$ 276.940.932,14	R$ 298.053.032,21
Despesas pagas antecipadamente		R$ 14.904.839,03	R$ 7.426.384,97
Ativo não circulante		R$ 161.482.269,46	R$ 146.787.523,80
Ativo Realizável a Longo Prazo		R$ 147.012.690,05	R$ 117.175.145,34
Imobilizado		R$ 12.605.547,79	R$ 27.066.326,13
Intangível		R$ 1.864.031,62	R$ 2.546.052,33
Passivo		R$ 840.934.577,12	R$ 938.483.030,24
Passivo Circulante		R$ 422.064.698,38	R$ 476.730.654,36
Fornecedores		R$ 344.761.470,71	R$ 380.202.670,57
Obrigações Tributárias		R$ 39.479.734,30	R$ 59.483.078,25
Obrigações Trabal. e Previd		R$ 6.825.774,45	R$ 12.419.182,95
Outras Obrigações		R$ 30.997.718,92	R$ 24.625.722,59
Passivo Não Circulante		R$ 195.328.665,27	R$ 225.692.299,24
Empréstimos e Financiamentos		R$ 31.214.808,90	R$ 51.877.246,10
Fornecedores		R$ 164.113.856,37	R$ 173.815.053,14
Patrimônio Líquido		R$ 223.541.213,47	R$ 236.060.076,64
Capital social		R$ 75.000.000,00	R$ 75.000.000,00
Reservas		R$ 51.480.206,31	R$ 51.480.206,31
Lucros ou Prejuízoa acumulados		R$ 97.061.007,16	R$ 109.579.870,33

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA		
Período da Escrituração:	01/07/2022 a 30/09/2022	CNPJ:	10.158.356/0001-01
Número de Ordem do Livro:	24		
Período Selecionado:	01 de Julho de 2022 a 30 de Setembro de 2022		

24

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RESULTADO DO EXERCÍCIO		R$ 33.442.655,56	R$ 40.690.863,17
(-) Despesas e Custos		R$ (85.657.957,58)	R$ (193.925.421,77)
(-) Despesas Operacionais/Admistrativas		R$ (85.657.957,58)	R$ (193.925.421,77)
(-) Despesas Administrativas		R$ (85.657.957,58)	R$ (193.925.421,77)
RECEITAS		R$ 129.574.701,27	R$ 249.764.616,10
Receitas Operacionais		R$ 129.574.701,27	R$ 249.764.616,10
Receita Bruta de Vendas e Serviços		R$ 461.586.359,57	R$ 515.791.437,89
(-) (-) Deduções da Receita Bruta		R$ (348.772.419,24)	R$ (367.464.966,21)
Receitas Financeiras		R$ 4.327.980,85	R$ 74.825.561,65
Outras Receitas Operac.		R$ 12.432.780,09	R$ 26.612.582,77
(-) CONTAS DE APURAÇÃO		R$ (10.474.088,13)	R$ (15.148.331,16)
(-) Obrigações Tributárias		R$ (10.474.088,13)	R$ (15.148.331,16)
(-) Obrigações Tributárias		R$ (10.474.088,13)	R$ (15.148.331,16)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.8

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
42300045128	10.158.356/0001-01	

NOME EMPRESARIAL
CPX DISTRIBUIDORA SA

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/10/2022 a 31/12/2022
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
Livro Diário Fiscal	25

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
6A.55.6F.B7.13.77.63.67.C7.0F.FB.E5.7D.89.B4.B2.ED.9A.AF.0F

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10158356000101	CPX DISTRIBUIDORA SA:10158356000101	295899381770252055 9219933380	02/05/2023 a 01/05/2024	Sim
Contador	02372546970	JOEL GONCALVES DE DEUS:02372546970	605221098672926894 17682775871	27/10/2021 a 26/10/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

6A.55.6F.B7.13.77.63.67.C7.0F.FB.E5.
7D.89.B4.B2.ED.9A.AF.0F-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 19/06/2023 às 14:11:44

C3.9C.73.0F.2B.0C.65.11
0F.ED.15.2A.17.F6.8D.80

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA		
Período da Escrituração:	01/10/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	10.158.356/0001-01
Número de Ordem do Livro:	25		
Período Selecionado:	01 de Outubro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022		

TERMO DE ABERTURA	
Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
NIRE	42300045128
CNPJ	10.158.356/0001-01
Número de Ordem	25
Natureza do Livro	Livro Diário Fiscal
Município	Itajaí
Data do arquivamento dos atos constitutivos	15/07/2008
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	13392819

TERMO DE ENCERRAMENTO	
Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
Natureza do Livro	Livro Diário Fiscal
Número de ordem	25
Quantidade total de linhas do arquivo digital	13392819
Data de inicio	01/10/2022
Data de término	31/12/2022

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA		
Período da Escrituração:	01/10/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	10.158.356/0001-01
Número de Ordem do Livro:	25		
Período Selecionado:	01 de Outubro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022		

25

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Ativo		R$ 938.483.030,24	R$ 1.450.087.999,15
Ativo circulante		R$ 791.695.506,44	R$ 974.128.366,80
Disponível		R$ 12.691.430,96	R$ 18.128.106,62
Clientes		R$ 270.220.148,56	R$ 307.695.410,39
Outros Créditos		R$ 203.304.509,74	R$ 207.796.927,43
Estoques		R$ 298.053.032,21	R$ 431.839.997,56
Despesas pagas antecipadamente		R$ 7.426.384,97	R$ 8.667.924,80
Ativo não circulante		R$ 146.787.523,80	R$ 475.959.632,35
Ativo Realizável a Longo Prazo		R$ 117.175.145,34	R$ 424.924.374,21
Imobilizado		R$ 27.066.326,13	R$ 47.999.979,16
Intangível		R$ 2.546.052,33	R$ 3.035.278,98
Passivo		R$ 938.483.030,24	R$ 1.450.087.999,15
Passivo Circulante		R$ 476.730.654,36	R$ 746.950.089,28
Fornecedores		R$ 380.202.670,57	R$ 557.022.051,05
Obrigações Tributárias		R$ 59.483.078,25	R$ 109.756.618,59
Obrigações Trabal. e Previd		R$ 12.419.182,95	R$ 14.312.086,71
Outras Obrigações		R$ 24.625.722,59	R$ 65.859.332,93
Passivo Não Circulante		R$ 225.692.299,24	R$ 340.076.352,75
Empréstimos e Financiamentos		R$ 51.877.246,10	R$ 85.358.998,87
Fornecedores		R$ 173.815.053,14	R$ 254.717.353,88
Patrimônio Líquido		R$ 236.060.076,64	R$ 363.061.557,12
Capital social		R$ 75.000.000,00	R$ 75.000.000,00
Reservas		R$ 51.480.206,31	R$ 122.326.704,00
Lucros ou Prejuízoa acumulados		R$ 109.579.870,33	R$ 165.734.853,12

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA		
Período da Escrituração:	01/10/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	10.158.356/0001-01
Número de Ordem do Livro:	25		
Período Selecionado:	01 de Outubro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022		

25

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RESULTADO DO EXERCÍCIO		R$ 40.690.863,17	R$ 187.119.479,48
(-) Despesas e Custos		R$ (193.925.421,77)	R$ (327.640.426,85)
(-) Despesas Operacionais/Admistrativas		R$ (193.925.421,77)	R$ (327.640.346,83)
(-) Despesas Administrativas		R$ (193.925.421,77)	R$ (327.640.346,83)
(-) Despesas não operacionais		R$ (0,00)	R$ (80,02)
(-) Outros Resultados Negativos		R$ (0,00)	R$ (80,02)
RECEITAS		R$ 249.764.616,10	R$ 563.333.158,96
Receitas Operacionais		R$ 249.764.616,10	R$ 563.333.158,96
Receita Bruta de Vendas e Serviços		R$ 515.791.437,89	R$ 646.108.091,19
(-) (-) Deduções da Receita Bruta		R$ (367.464.966,21)	R$ (480.518.173,45)
Receitas Financeiras		R$ 74.825.561,65	R$ 268.237.076,11
Outras Receitas Operac.		R$ 26.612.582,77	R$ 129.506.165,11
(-) CONTAS DE APURAÇÃO		R$ (15.148.331,16)	R$ (48.573.252,63)
(-) Obrigações Tributárias		R$ (15.148.331,16)	R$ (48.573.252,63)
(-) Obrigações Tributárias		R$ (15.148.331,16)	R$ (48.573.252,63)

CPX DISTRIBUIDORA S/A
Rodovia Antônio Heil, Nº.800 - Km 01 Sala 02 - Itaipava - Itajaí / SC - CEP 88.316-001
CNPJ Nº.10.158.356/0001-01 - Insc. Est. Nº.255.653.050 - Insc. Mun. Nº.290.589
E-mail: licitacao@cantustore.com.br / felipe.leite@cantustore.com.br
Escritório de Licitações/SC: (47) 3046-2550 Ramal 9418/9412

DECLARAÇÃO DE BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A, com sede na Rodovia Antônio Heil, Nº.800, Km 01 Sala 02, no Bairro Itaipava, no Município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, no Cep 88.316-001, inscrita no CNPJ Nº.10.158.356/0001-01 e filiais, através de seu CONTADOR, o Sr. JOEL GONÇALVES DE DEUS, inscrito no CRC 025519/0-7, vem através desta DECLARAÇÃO informar os índices da empresa em 31/12/2022, conforme os Índices abaixo:

LIQUIDEZ INSTANTÂNEA: ATIVO DISPONÍVEL / PASSIVO CIRCULANTE = 18.128 / 746.950 **0,0243**

LIQUIDEZ CORRENTE: ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE = 955.254 / 746.950 **1,28**

LIQUIDEZ GERAL: ATIVO CIRCULANTE + ATIVO REALIZÁVEL LONGO PRAZO / PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVEL EXIGÍVEL LONGO PRAZO = 1.399.054 / 1.087.027 **1,29**

GRAU ENDIVIDAMENTO: PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVEL EXIGÍVEL LONGO PRAZO / ATIVO TOTAL = 1.087.027 / 1.450.089 **0,75**

GERENCIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS: PASSIVO LÍQUIDO / PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVEL EXIGÍVEL LONGO PRAZO = 723.965 / 1.087.027 **0,67**

SOLVÊNCIA GERAL: ATIVO TOTAL / PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVEL EXIGÍVEL LONGO PRAZO = 1.450.089 / 1.087.027 **1,33**

Itajaí, 30 de Junho de 2023.

JOEL GONCALVES DE DEUS:02372546970

Assinado digitalmente por JOEL GONCALVES DE DEUS:02372546970
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial, OU=03402819000173, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARINFOCOMEX, OU=RFB e-CPF A3, CN=JOEL GONCALVES DE DEUS:02372546970
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.07.03 13:16:45-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.2

CPX DISTRIBUIDORA S/A
JOEL GONÇALVES DE DEUS
DIRETOR CONTÁBIL - CRC/SC 025519/0-7

10.158.356/0001-01
Inscr. Est. 255.653.050
CPX DISTRIBUIDORA S/A.
Rod. Antônio Heil, 800 - Km 01 - Sala 02
Bairro Itaipava - CEP 88.316-001
ITAJAÍ - SC

CRCSC
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DE SANTA CATARINA

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : JOEL GONCALVES DE DEUS
REGISTRO..... : SC-025519/O-7
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.725.469-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: FLORIANÓPOLIS, 30/06/2023 as 15:48:47.
Válido até: 28/09/2023.
Código de Controle: 836334.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCSC.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

www.pwc.com.br

CPX Distribuidora S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente

pwc

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
CPX Distribuidora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CPX Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPX Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

CPX Distribuidora S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 6 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Leandro Sidney Camilo da Costa
Signed By: LEANDRO SIDNEY CAMILO DA COSTA:17482053824
CPF: 17482053824
Signing Time: 06 April 2023 | 18:42 BRT
ICP Brasil
E75A12898EB94CB1AECE9562436BEC00

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

CPX Distribuidora S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31-12-22	31-12-21
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	18.128	2.217
Contas a receber de clientes	8	266.020	61.059
Contas a receber de clientes partes relacionadas	8 e 18	42.969	3.255
Estoques	9	431.840	223.194
Impostos a recuperar	10	109.528	96.361
Adiantamento a fornecedores	12	1.169	10.968
Adiantamento a fornecedores partes relacionadas	12 e 18	76.831	-
Outras contas a receber		8.769	5.813
		955.254	402.867
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	20.169	-
Impostos a recuperar	10	382.996	33.106
Depósitos judiciais	20	40.635	43.722
Imobilizado	13	10.698	1.845
Intangível		1.791	75
Direito de uso de bens em arrendamento	27	38.546	6.078
		494.835	84.826
		1.450.089	487.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

CPX Distribuidora S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31-12-22	31-12-21
Circulante			
Fornecedores	14	134.478	106.723
Fornecedores partes relacionadas	14 e 18	257.602	101.352
Empréstimos e financiamentos	15	163.425	12.662
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos	16	113.673	60.607
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		14.350	4.164
Adiantamento de clientes	17	684	514
Adiantamento de clientes partes relacionadas	17 e 18	40.594	-
Instrumentos financeiros derivativos	19	6.950	-
Arrendamentos a pagar	27	4.972	1.003
Outras contas a pagar		10.222	8.707
		746.950	295.732
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	217.141	11.079
Arrendamentos a pagar	27	34.313	5.105
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos	16	37.577	1.007
Provisão para contingências	20	51.046	44.514
		340.077	61.705
Patrimônio líquido	21		
Capital social		75.000	50.000
Reserva de incentivos fiscais		107.327	51.222
Reserva legal		15.000	7.258
Reservas de lucros		165.735	21.776
		363.062	130.256
		1.450.089	487.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

CPX Distribuidora S.A.

Demonstração do resultado
em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Nota	31-12-22	31-12-21
Receita líquida de vendas	22	1.713.798	848.401
Custo das vendas	23	(1.173.452)	(629.178)
Lucro bruto		540.345	219.223
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas de vendas	23	(170.168)	(65.859)
Despesas administrativas e gerais	23	(122.867)	(25.803)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	164.162	55.138
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		411.472	182.699
Receitas financeiras	24	72.477	7.369
Despesas financeiras	24	(68.521)	(18.432)
Variação cambial, líquida	24	(7.917)	(1.271)
Despesas financeiras, líquidas		(3.961)	(12.334)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		407.511	170.365
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(98.514)	(62.294)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	20.169	(3.809)
Lucro líquido do exercício		329.166	104.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

CPX Distribuidora S.A.

Demonstração do resultado abrangente
em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	31-12-22	31-12-21
Lucro líquido do exercício	**329.166**	**104.262**
Resultado Abrangente do Exercício	**329.166**	**104.262**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

CPX Distribuidora S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**50.000**	**14.134**	**2.045**	**(13.127)**	**-**	**53.052**
Resultado do Exercício:						
Lucro Líquido do Exercício					104.262	104.262
Constituição de reserva de incentivos fiscais		37.088			(37.088)	
Constituição de reserva legal			5.213		(5.213)	
Transação de capital com sócios:						
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório					(2.925)	(2.925)
Distribuição de dividendo adicionais no exercício					(7.492)	(7.492)
					(16.641)	(16.641)
Retenção de lucros do exercício				34.903	(34.903)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**50.000**	**51.222**	**7.258**	**21.776**	**-**	**130.256**
Resultado do exercício:						
Lucro Líquido do exercício					329.166	329.166
Aumento de capital social	25.000		(7.000)		(18.000)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais		56.105			(56.105)	-
Constituição de reserva legal			14.742		(14.742)	-
Transação de capital com sócios:						
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório					(77.496)	(77.496)
Distribuição de dividendo adicional					(18.864)	(18.864)
Retenção de lucros do exercício				143.959	(143.959)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**75.000**	**107.327**	**15.000**	**165.735**	**-**	**363.062**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

CPX Distribuidora S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Nota	31-12-22	31-12-21
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		407.511	170.365
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	13	897	819
Amortização arrendamento de bens	27	2.147	1.177
Provisão para devedores duvidosos (constituição e reversão)		(580)	1.307
Crédito extemporâneo de PIS COFINS	10	(224.033)	-
Provisão para contingências	20	6.532	15.905
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	15	16.704	4.221
Variações nos ativos e passivos			
Redução (aumento) no contas a receber de clientes	8	(244.095)	(47.316)
Redução (aumento) em estoques	9	(208.646)	(171.294)
Redução (aumento) em adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas	12	(67.032)	7.771
Redução (aumento) em depósitos judiciais	20	3.087	(20.864)
Redução (aumento) em outras contas a receber		(2.956)	(4.830)
Redução (aumento) em impostos a recuperar	10	(139.024)	(108.659)
(Redução) aumento em fornecedores	14	184.005	192.943
(Redução) aumento em obrigações fiscais e tributárias	16	89.636	56.798
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias		10.186	3.494
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	17	40.764	(4.214)
(Redução) aumento em arrendamentos a pagar	27	(1.438)	(1.467)
(Redução) aumento em outras contas a pagar		8.465	8.707
Juros sobre empréstimos pagos	15	(1.468)	(3.263)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(98.514)	(62.294)
Fluxo de caixa líquido proveniente (utilizado nas) atividades operacionais		(217.852)	39.306
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo intangível		(1.716)	-
Aquisição de ativo imobilizado	13	(9.750)	(565)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(11.466)	(565)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos distribuídos aos sócios	21	(96.360)	(10.417)
Aumento em mútuo com partes relacionadas		-	14.594
Juros sobre capital próprio		-	(16.641)
Empréstimos tomados	15	383.017	10.600
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15	(41.428)	(38.298)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

CPX Distribuidora S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Nota		
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		245.229	(40.162)
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		15.911	(1.421)
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		2.217	3.638
No fim do período		18.128	2.217
Demonstração da (redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa		15.911	(1.421)

A Companhia não realizou transações provenientes das atividades de investimento e operacionais que não impactaram caixa, exceto o registro de novos contratos de arrendamento mercantil contratado no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022 no montante de R$ 36.563 (em 2021 R$ 2.956) conforme apresentado na Nota explicativa nº 27.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

1 Contexto operacional

A CPX Distribuidora S.A., foi fundada em 15 de julho de 2008, possui sede na Rodovia Antônio Heil, nº 800, Itajaí, Estado de Santa Catarina, e tem como objeto social o comércio varejista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças. A Companhia é integralmente controlada pelo acionista Cantu Store S.A.

Visando aprimorar sua estrutura de capital, a Companhia aprovou em 8 de fevereiro de 2023 a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações no valor total de R$ 375.000, nos termos da Resolução CVM 160/2022, conforme apresentado na Nota 29.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 5.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e, também o exercício de julgamento por parte da administração a Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando requerido nas normas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração a Companhia em 06 de abril de 2023.

2.3 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

incluídas na combinação e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 11** - Imposto de renda e contribuição social diferidos (reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- **Nota 20 -** Contingências (avaliação sobre necessidade de constituição de provisões para contingências).

(b) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

. **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

4 Mudança nas principais políticas contábeis

Para o exercício de 2022 não houve alterações de normas contábeis aplicáveis a Companhia.

5 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(c) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(d) Caixa e equivalentes a caixa

Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata, ou seja, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias a partir da data de contratação. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data destas demonstrações financeiras.

(e) Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizados pela Administração, bem como a movimentação da provisão, estão descritos na nota 08 - Contas a receber de clientes.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

(f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de preço médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condições atuais. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores líquidos de realização.

O valor líquido de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

Os estoques são avaliados periodicamente pela Companhia, criticando a necessidade de constituição de impairment considerando as premissas definidas em política interna.

(g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo reduzido do valor residual estimado para o bem.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos eletrônicos	5 anos
Instalações comerciais	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja apropriado.

(h) Intangível

(iv) Reconhecimento e mensuração

Softwares
Possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

(v) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(vi) Amortização

Os *softwares* e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A vida útil estimada para softwares é de 5 anos.

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não fornece benefícios de longo prazo a seus empregados.

(j) Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com a categoria de mensuração a seguir:

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(ii) Reconhecimento e desreconhecimento

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

(k) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(vii) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros
A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Contas a receber;

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

- A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

. Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(viii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.
Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

(l) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(m) Receita de vendas

Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; todavia, para alguns embarques internacionais a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor.

(n) Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(o) Subvenções e assistência governamental

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que estas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções que visam a compensar despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas, conforme Lei 11.973/14.

(p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social estão baseados no lucro tributável do exercício. O imposto de renda e a contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de sua subsidiária individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

(iii) **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**
Em relação ao ICPC 22, a Companhia não adota nenhum procedimento contábil em desacordo com a legislação fiscal que possa oferecer risco de interpretação divergente por parte do fisco.

(q) Partes relacionadas

As divulgações de transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e são feitas apenas se estes termos puderem ser efetivamente comprovados. A natureza dessas transações e o registro contábil estão descritos na Nota 18.

(r) Arrendamentos

A Companhia aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

6 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2022 não tiveram impactos nas informações contábeis e intermediárias individuais e consolidadas da Companhia.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS as quais tem sua adoção para o exercício de 2022 e após. A Companhia avaliou os impactos para a adoção destas normas em suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas:

* Classificação do passivo em circulante ou não circulante (Alterações ao CPC 26 / IAS 1)
* Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26 / IAS 1)
* Definição de estimativas contábeis (Alterações ao CPC 23 / IAS 8)

7 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	31-12-22	31-12-21
Caixa e depósitos à vista	8.628	1.575
Aplicações financeiras - renda fixa (i)	9.500	642
	18.128	2.217

(i) Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados em média à taxa de 102% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (105% do CDI em 2021). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

8 Contas a receber de clientes

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	31-12-22	31-12-21
Contas a receber	267.314	62.933
Partes relacionadas (Nota explicativa nº 18)	42.969	3.255
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.294)	(1.874)
	308.989	64.314

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento:

No País	**31-12-22**	**31-12-21**
A vencer	300.838	63.077
Vencidos até 30 dias	4.268	682
Vencidos de 31 a 90 dias	1.574	105
Vencidos de 91 a 180 dias	2.309	511
Vencidos de 181 a 360 dias	683	978
Acima de 360 dias	611	835
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.294)	(1.874)
	308.989	64.314

As perdas esperadas são estimadas com base no histórico de realização da carteira de clientes, exceto para os casos em que temos a apresentação de garantia real de recebimento. sendo consideradas suficientes pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos.

As movimentações estão apresentadas a seguir:

	31-12-22	31-12-21
Saldo em 1º de janeiro	(1.874)	(567)
Provisão constituída	-	(1.307)
Provisão revertida	580	-
Saldo em 31 de dezembro	(1.294)	(1.874)

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

9 Estoques

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	31-12-22	31-12-21
Mercadoria para revenda	431.840	223.194
	431.840	223.194

O aumento do saldo de estoque decorre principalmente da abertura de novas filiais para atendimento a clientes em algumas regiões e do crescente aumento das operações.

Para os estoques de pneus, são utilizados código DOT (*Department of Transportation*) como identificação da data de fabricação. Produtos com DOT superiores a um ano são monitorados e destinados a equipe comercial para elaboração de campanhas e ações de venda. A Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para estoques obsoletos.

10 Impostos a recuperar

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	31-12-22	31-12-21
ICMS (i)	29.218	21.027
COFINS (ii)	373.434	94.125
PIS (ii)	88.137	13.031
IRPJ	1.319	909
CSLL	375	375
Outros	41	-
	492.524	129.467
Ativo circulante	109.528	96.361
Ativo não circulante	382.996	33.106

(i) A Companhia apropria os créditos de ICMS sobre as compras de mercadorias para revenda. Os créditos são realizados no decorrer da comercialização das mercadorias e no fluxo normal de apuração deste tributo.

(ii) Crédito com origem preponderantemente da ação judicial transitada em julgado, no Superior Tribunal de Justiça – STJ em maio de 2021, em favor da empresa controlada CPX Distribuidora S.A. A monetização destes créditos está ocorrendo mensalmente mediante a compensação com débitos de tributos federais, tais como o INSS, IRRF, IPI, IRPJ e a CSLL e está associada diretamente a expectativa futura de aumento dos lucros tributáveis, aumento da folha de salários e ao início da tributação de IPI ocorrida em fevereiro de 2023.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

A expectativa de realização dos créditos de PIS e COFINS está definida da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31-12-22	**31-12-21**	**31-12-22**	**31-12-21**
2023	-	-	78.575	-
2024	-	-	100.402	-
2025	-	-	156.469	-
2026	-	-	126.125	-
	-	-	461.571	-

11 Impostos diferidos e correntes

(a) Reconciliação da alíquota efetiva dos impostos correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	31-12-22	**31-12-21**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	407.511	170.365
Alíquota nominal 34%	(138.554)	(57.924)
Adições e exclusões permanentes e temporárias		
(-) Provisão de tarifas de cartão de crédito	-	(1.804)
(-) Provisão para despesas com fretes	-	(1.766)
(-) Provisão para contingências	(2.220)	(5.408)
(-) Juros sobre capital próprio	-	(5.657)
(+) Rendimento Selic sobre créditos tributários	23.187	-
(-) Outras adições/exclusões líquidas	(2)	(1.237)
(+) Subvenção - Lei nº 12.973/14	19.075	11.502
	(98.514)	(62.294)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(98.514)	(62.294)
Alíquota efetiva	24%	39%

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte composição:

	31-12-22	30-12-21
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Diferenças temporárias		
Provisão para contingência	17.356	-
Provisão para perda em contas a receber	440	-
Outras provisões	2.373	-
	20.169	
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	20.169	-

A expectativa de realização do ativo fiscal diferido está definida da seguinte forma:

	31-12-22	31-12-21
2023	6.093	-
2024	4.799	-
2025	3.721	-
2026	3.233	-
2027	2.323	-
	20.169	-

12 Adiantamento a fornecedores e partes relacionadas

O saldo de adiantamento a fornecedores é relativo à compra de mercadorias para revenda e é composto pelos seguintes valores:

	31-12-22	31-12-21
Fornecedores	1.169	10.968
Partes relacionadas (Nota nº 18)	76.831	-
	78.000	10.968

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

13 Imobilizado

	Terrenos	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Equipamentos Eletrônicos	Instalações	Móveis e Utensílios	Outras Imobilizações	Obras em Andamento	Total
Taxa de depreciação		20%	10%	25%	20%	10	10%	20%		
Custo	165	1.863	104	8	118	398	630	25		3.311
Depreciação acumulada		(1.028)	(61)	(8)	(107)	(176)	(232)	(12)		(1.624)
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**165**	**835**	**43**	**-**	**11**	**222**	**398**	**13**	**-**	**1.687**
Adições			117	350			93		5	565
Transferências		(29)	(10)	(14)	(3)	56		(13)	13	-
Depreciação		(26)	(20)	(37)	(8)	(28)	(288)			(407)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**165**	**780**	**130**	**299**	**-**	**250**	**203**	**-**	**18**	**1.845**
Custo	165	1.722	233	350	41	371	822	-	18	3.730
Depreciação acumulada		(942)	(103)	(51)	(41)	(121)	(619)	-		(1.885)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**165**	**780**	**130**	**299**	**-**	**250**	**203**	**-**	**18**	**1.845**

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

	Terrenos	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Equipamentos Eletrônicos	Instalações	Móveis e Utensílios	Outras Imobilizações	Obras em Andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**165**	**780**	**130**	**299**	**-**	**250**	**203**	**-**	**18**	**1.845**
Custo	165	1.722	233	350	41	371	822	-	18	3.730
Depreciação acumulada		(942)	(103)	(51)	(41)	(121)	(619)	-	-	(1.885)
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**165**	**780**	**130**	**299**	**-**	**250**	**203**	**-**	**18**	**1.845**
Adições		1.278	1.633	109	937	4.871	774	113	35	9.750
Transferências		18							(18)	-
Baixas	(165)									(165)
Depreciação		(74)	(79)	(94)	(44)	(195)	(246)			(732)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**-**	**2.002**	**1.684**	**314**	**893**	**4.926**	**731**	**113**	**35**	**10.698**
Custo	-	3.018	1.866	459	978	5.242	1.596	113	35	13.315
Depreciação acumulada		(1.016)	(182)	(145)	(85)	(316)	(865)			(2.617)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**-**	**2.002**	**1.684**	**314**	**893**	**4.926**	**731**	**113**	**35**	**10.698**

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o período findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração não identificou a existência de indicativos de impairment e, consequentemente, não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas.

14 Fornecedores

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	31-12-22	31-12-21
Fornecedores	134.478	106.723
Partes relacionadas (Nota nº 18)	239.959	101.352
	374.437	208.075

Por conta do forte crescimento nas vendas, a Companhia elevou seu fluxo de compras de mercadorias nacionais e importadas. Com isto vem crescendo seu saldo junto aos fornecedores.

15 Empréstimos e financiamentos

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Juros	Vencimento	31-12-22	31-12-21
Capital de giro	CDI + 3,3%	Fev/2027	360.223	13.496
Capital de giro FGI	CDI + 5,1%	Nov/2024	2.700	5.100
Risco sacado	21,7%	Mar/2023	17.643	-
Fundos de recebíveis	15,1%	Jun/2022	-	5.145
			380.566	23.741
Circulante			163.425	12.662
Não circulante			217.141	11.079

A taxa de juros informada representa a média ponderada das taxas dos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.
As garantias apresentadas são compostas por cessão fiduciária de recebíveis, estoque e aval.
A Companhia possuía bens recebíveis dados como garantia, no valor de R$ 237.335 (R$ 38.475 em 31.12.2021).

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

Capital de giro e capital de giro FGI

Operações de financiamento por meio de linha de crédito de capital de giro foram celebrados com Banco Safra S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco Inter S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Citibank S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Santander S.A. e Banco BTG Pactual S.A. As

garantias apresentadas são compostas por cessão fiduciária de recebíveis e aval cruzado das empresas do Grupo Cantu Store.

Risco sacado

A Companhia firmou convênio junto ao Banco Voiter, para contratar operações com objetivo de prorrogar o pagamento das obrigações junto aos fornecedores de mercadorias para revenda. Estas transações têm prazo médio de 60 dias e os encargos financeiros estão registrados no resultado da Companhia como despesa financeira.
Em 31 de dezembro de 2022 o saldo das demonstrações financeiras é de R$ 17.643.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser assim demonstrada:

	31-12-22	**31-12-21**
Saldo no início do exercício	23.741	50.481
Captação	383.017	10.600
Encargos financeiros	16.704	4.221
Amortização – principal	(41.428)	(38.298)
Amortização - juros e variações	(1.468)	(3.263)
Saldo no final do exercício	**380.566**	**23.741**

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	**31-12-22**	**31-12-21**
2023	-	8.313
2024	116.631	2.766
2025	69.187	-
2026	29.638	-
2027	1.685	-
	217.141	**11.079**

Cláusulas restritivas ("*Covenants*")

O Grupo Cantu Store, na demonstração financeira combinada, está sujeito a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros consistem em:

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

(a) Índice de liquidez corrente maior ou igual a 1,10.

(b) Índice dívida líquida / EBITDA, menor ou igual a 2,30.

(c) Distribuição de dividendos aos acionistas limitada a 50% do lucro líquido.

(d) Saldo de caixa e equivalente de caixa maior ou igual a R$ 20.000.

(e) Índice EBITDA / resultado financeiro líquido maior que 2,00.

(f) Redução do capital social em qualquer montante.

(g) Alteração do controle societário, direta ou indiretamente

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu todo os indicadores financeiros exigidos nas cláusulas restritivas.

16 Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	31-12-22	31-12-21
ICMS	19.710	10.906
IRPJ	65.424	34.292
CSLL	24.082	12.540
IPI	30.597	-
Parcelamentos (i)	10.896	3.843
Outros	541	33
	151.250	61.614
Passivo circulante	113.673	60.607
Passivo não circulante	37.577	1.007

(i) Refere-se a débitos de ICMS Próprio e ICMS Substituição Tributária, declarados e não recolhidos nos seus respectivos vencimentos originais, e parcelados junto a Secretaria da Fazenda dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, em parcelas mensais que variam entre 12 e 60 meses e atualizados monetariamente pela taxa Selic.

17 Adiantamento de clientes e partes relacionadas

	31-12-22	31-12-21
Clientes	684	514
Clientes partes relacionadas (Nota nº 18)	40.594	-
	41.278	514

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

18 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 referem-se a transações comerciais de compra e venda de mercadoria.

Os saldos passivos com partes relacionadas incluem as operações de fornecimento de mercadorias.

Em 31 de dezembro de 2022	Contas a receber	Adiantamentos a receber	Contas a pagar	Adiantamento a pagar	Vendas	Compras
Absolute Trade Ltda		18.553	38.792			141.645
Level Trade S.A.		6.103	27.299	8.000		112.596
Canaan Trade Ltda	205	1.221			8.254	
CS Trade Ltda (antes RJU)		50.954	63.403			428.889
ITR Comércio de Pneus S.A.	42.566				343.763	
CP Comercial S.A.	198		110.465	32.594	202.364	138.286
	42.969	76.831	239.959	40.594	554.381	821.416

Em 31 de dezembro de 2021	Contas a receber	Adiantamentos a receber	Contas a pagar	Mútuo a pagar	Vendas	Compras
Level Trade S.A.			14.484			78.018
CS Trade S.A. (antes RJU)			18.060			173.063
ITR Comércio Pneus S.A.	3.255				46.966	
CP Comercial S.A.			68.808		266.144	139.009
	3.255		101.352		313.110	390.090

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui o quadro de diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	31-12-22	31-12-21
Salários e pró-labore	1.624	287
Benefícios diretos e indiretos	270	140
Participação nos resultados	251	105
	2.145	532

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

19 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui as seguintes operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022.

As operações tem como propósito a proteção quanto a flutuação nas taxas de câmbio e taxa ("CDI") em contratos de empréstimos e financiamentos.

Operação	Tipo	Risco	Valor contratado
SWAP	Câmbio	Dólar	137.000
SWAP	Câmbio	Euro	60.000
			197.000

A Companhia efetuou o registro contábil com base no valor justo em 31 de dezembro de 2022 pelo regime de competência. O valor acumulado líquido registrado está a seguir:

			Consolidado	
	Ajuste ao valor justo	Ganho (perda) efetivada	31-12-22	31-12-21
Programa				
Proteção da exposição cambial				
Contratos de dólar americano	(7.972)	(11.262)	(19.234)	-
Contratos de euro	1.022	-	1.022	-
Efeito líquido no resultado	(6.950)	(11.262)	(18.212)	-

As operações com derivativos foram contratadas a partir de janeiro de 2022, e até 31 de dezembro de 2022 estão apresentando resultado negativo de R$ 18.212 conforme demonstrado na Nota 24.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

20 Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e tributárias. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

Em 31 de dezembro de 2022, para processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados como sendo de risco provável, provisão é demonstrada como segue:

	31-12-22	31-12-21
Provisão para ações de natureza tributária (a)	50.364	43.832
Provisão para ações de natureza cível e trabalhista	682	682
	51.046	44.514
(-) Depósitos judiciais de natureza tributária (b)	(40.635)	(43.722)
	(40.635)	(43.722)

(a) Ações de natureza tributária

Quanto aos processos de natureza tributária, referem-se ao DIFAL de ICMS onde a Companhia figura no polo ativo em ações judiciais movidas contra vinte e dois Estados da Federação, questionando a legalidade da cobrança de ICMS - Diferencial de alíquota, nas operações de vendas interestaduais destinadas a consumidor final e realizadas através da internet.

(b) Depósito judicial de natureza tributária

Em relação ao processo judicial, onde a Companhia figura no polo ativo, a Companhia obteve decisões liminares proferidas pelos tribunais regionais dos Estados de São Paulo, Tocantins, Rio Grande do Norte, Paraná, Goiás, Ceará, Bahia e Minas Gerais que permite que os valores de DIFAL de ICMS apurados sobre as operações de venda não presencial possam ser recolhidos por meio de guias de depósito judicial até que o mérito do respectivo processo seja definitivamente julgado

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Existem ainda processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda classificado como possível, no montante de R$ 8.781 (R$ 8.205 em 2021).

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações (50.000.000 em 2021) sem valor nominal. O valor do capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 75.000 (R$ 50.000 em 2021).

Em 18 de fevereiro de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no valor de R$ 25.000, integralizados mediante a capitalização do saldo de R$ 18.000 de lucros acumulados e R$ 7.000 mediante capitalização de reserva legal.

Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, informamos que a Companhia tem como acionista majoritário a Cantu Store S.A. com 100% de participação do seu capital social.

(b) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

É constituída nos termos do § 4º e 5º do art. 202 da Lei 6.404/76, quando a Diretoria considerar o dividendo obrigatório incompatível com a situação financeira.

(c) Dividendos

No estatuto social da Companhia que compõem as demonstrações financeiras, está previsto o percentual de 30% do lucro do exercício é destinado a título de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios.

(d) Reserva de subvenções

A Companhia é beneficiário de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos Estados de Pernambuco e Espírito Santo classificados como subvenção para investimento, e com base no Art. 30 da Lei 12.973/14 a Companhia passou a constituir a reserva de incentivos fiscais para que os respectivos valores não sejam computados na determinação da base de cálculo do lucro real. Os valores lançados na reserva de subvenções, são usufruídos na forma de apuração e apropriação de crédito presumido de ICMS calculados sobre as operações de venda interestadual para consumidor final não contribuinte.

(e) Reserva legal

É constituída, antes de qualquer outra destinação, à razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

22 Receita operacional líquida

A receita líquida possui a seguinte composição:

	31-12-21	31-12-20
Vendas mercado interno (i)	1.529.345	642.745
Vendas mercado interno partes relacionadas (Nota explicativa 18)	554.381	313.110
Serviços prestados	32.856	16.075
Receita operacional bruta	2.116.582	971.930
Impostos sobre vendas	(62.268)	(98.375)
Devoluções e abatimentos	(340.516)	(25.154)
Deduções da receita	(402.784)	(123.529)
	1.713.798	848.401

Três fatores preponderantes influenciaram no aumento de aproximadamente 160% no faturamento da Companhia:

1) A inflação no setor automotivo provocada pela escassez de produtos no mercado, principalmente pneus de caminhão;

2) ampliação da área de atuação territorial devido a abertura de novas filiais nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste. Tivemos também a ampliação dos centros de distribuição localizados em Itajaí/SC, Serra/ES, Baruei/SP e Jaboatão dos Guararapes/PE, e também a ampliação e diversificação do portifólio de produtos onde a Companhia passou a comercializar pneus de moto, bicicleta, além de outras medidas de pneu para uso agrícola e industrial; e

3) A migração de uma parte do faturamento do segmento frota que antes era faturado pela empresa CP Comercial S.A, que compõem o Grupo Cantu Store.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

23 Custo das mercadorias vendidas, despesas de vendas e despesas administrativas e gerais

	31-12-22	31-12-21
Custo das mercadorias revendidas	1.173.452	629.178
Despesas com pessoal e encargos	62.269	14.695
Serviços de terceiros	24.105	10.690
Despesas com aluguel	6.117	361
Viagens e estadias	4.090	762
Comissões sobre vendas	55.871	27.198
Depreciação e amortização	3.032	1.996
Provisão com perdas esperadas de clientes	(580)	1.307
Fretes e armazenagem	90.745	21.949
Despesas com publicidade	16.443	4.587
Despesas com informática	11.369	1.783
Manutenção	2.344	-
Garantias	3.141	-
Seguros	642	-
Despesas com importação	2.550	-
Outros custos e despesas	10.897	6.334
	1.466.487	720.840

(iv) Reconciliação dos custos e despesas por função

	31-12-22	31-12-21
Custo das vendas	1.173.452	629.178
Despesas com vendas	170.168	65.859
Despesas administrativas e gerais	122.867	25.803
	1.466.487	720.840

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

24 Receitas e despesas financeiras

	31-12-22	31-12-21
Despesas financeiras		
Encargos de dívida bancária	(19.753)	(4.682)
Juros pagos a terceiros	(13.968)	(2.309)
Tarifas bancárias	(1.651)	(1.470)
Taxa de adm. Cartão crédito	(11.260)	(7.963)
IOF	(2.206)	-
Juros sobre arrendamento mercantil	(1.134)	-
Despesas com Swap	(18.212)	-
Descontos concedidos	(20)	(1.202)
Outros	(317)	(806)
	(68.521)	(18.432)
Receitas financeiras		
Juros ativos	1.671	330
Descontos obtidos	931	187
Rendimento de aplicações financeiras	1.477	-
Rendimento Selic sobre crédito tributário	68.213	6.818
Outros	185	34
	72.477	7.369
Variação cambial líquida		
Variação cambial passiva	(19.978)	(1.519)
Variação cambial ativa	12.061	248
	(7.917)	(1.271)
	(3.961)	(12.334)

25 Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas

Os valores estão assim representados:

	31-12-22	31-12-21
Reversão de provisão para contingência de natureza tributária	46.118	5.482
Créditos de PIS e COFINS extemporâneos (i)	155.835	44.969
Débitos de IPI extemporâneos	(30.597)	-
Deságio na cessão de créditos tributários	(9.154)	-
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	1.960	4.687
	164.162	55.138

(i) Em 13 de maio de 2021 o Superior Tribunal de Justiça proferiu sentença transitada em julgado em favor da Companhia. A Administração efetuou o levantamento dos créditos referente aos exercícios de 2012 a 2021, registrado como outas receitas operacionais

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

26 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro abaixo:

	31-12-22	31-12-21
Ativos financeiros		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	18.128	2.217
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	308.989	64.314
Depósitos judiciais	40.635	43.722
Adiantamento a fornecedores e partes relacionadas	78.000	10.968
Outras contas a receber	8.769	5.813
	454.521	127.034
Passivos financeiros:		
Custo amortizado:		
Fornecedores e partes relacionadas	392.080	208.075
Arrendamentos a pagar	39.285	6.108
Empréstimos e Financiamentos	380.566	23.741
Adiantamento de clientes e partes relacionadas	41.278	514
Outras contas a pagar e mútuo	17.172	8.707
	870.381	247.145

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Contas a receber e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

Mútuos com partes relacionadas

São classificados como outros ativos financeiros e estão registrados pelo método do custo amortizado. O valor contábil se equivale ao valor justo.

Empréstimos e financiamentos

São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez e estrutura de capital
- Risco de mercado
- Risco cambial

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência
aos limites. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e País onde os clientes operam, uma vez que esses fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser assim sumarizados:

	31-12-22	**31-12-21**
Total financiamentos e empréstimos (Nota 15)	380.566	23.741
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(18.128)	(2.217)
Dívida líquida	362.438	21.524
Patrimônio líquido	363.062	130.256
Capital total	725.500	151.780
Índice de alavancagem financeira	0,50	0,14

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pela Companhia e dos demais insumos, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A Companhia está sujeito ao risco de moeda nas compras denominados em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro.

Análise de sensibilidade

As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia em moeda estrangeira são afetadas pelas variações do câmbio, tais como o Dólar. Contudo, a Companhia não espera impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência de a exposição cambial não ser material.

As despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e SELIC.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como a Selic.

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Operações com aplicações financeiras

	Saldo em 31/12/22	**Cenário provável**	**Cenário I (*)**	**Cenário II (**)**
Elevação da SELIC Impacto no resultado	9.500	1.187	1.633	979

	Saldo em 31/12/21	**Cenário provável**	**Cenário I (*)**	**Cenário II (**)**
Elevação da SELIC Impacto no resultado	642	79	74	45

(*) Considera aumento da Selic em 25%.

(**) Considera redução da Selic em 25%.
A taxa de fechamento da Selic em 31 de dezembro de 2022 foi 13,75% (em 31 de dezembro de 2021 9,25%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,50% a.a. (em 31 de dezembro de 2021 12,25%), mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável).

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

Operações com financiamentos e empréstimos

	Saldo em 31/12/2022	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC Impacto no resultado	380.566	47.570	65.419	39.236

	Saldo em 31/12/2021	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC Impacto no resultado	23.741	2.908	2.744	1.647

(*) Considera aumento da Selic em 25%.
(**) Considera redução da Selic em 25%.

A taxa de fechamento da Selic em 31 de dezembro de 2022 foi 13,75% (em 31 de dezembro de 2021 9,25%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,50% a.a. (em 31 de dezembro de 2021 12,25%), mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável).

27 Arrendamentos

A Companhia aluga diversos armazéns comerciais para sua área de estocagem e expedição de mercadorias e escritório de apoio. Em geral os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 3 a 10 anos, porém, eles podem incluir opções de prorrogação.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém, os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um determinado período de tempo, em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas re-mensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Quando aplicável, os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É re-mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é re-mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

Arrendamentos de ativos de baixo valor
A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por prazo de desconto

Prazos	Taxa % a.a.
5 anos	14,0%

Ativo de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	31-12-22	31-12-21
Saldo em 1º de janeiro	6.078	4.299
Adição por novos contratos Custos diretos incorridos	36.563	2.956
Baixa de contratos	(1.948)	-
Despesa de depreciação	(2.147)	(1.177)
Saldo em31 de dezembro	38.546	6.078

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	31-12-22	31-12-21
Saldo em 1º de janeiro	6.108	4.619
Juros provisionados	1.134	691
Juros pagos	(975)	(382)
Adição por novos contratos	42.515	2.874
Pagamentos	(6.830)	(1.694)
Ajuste por redução de pagamento	(2.667)	-
Saldo em 31 de dezembro	39.285	6.108
Passivo circulante	4.972	1.003
Passivo não circulante	34.313	5.105

Divulgações adicionais requeridas pela CVM

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2023	2024	2025	2026
Passivo de arrendamento				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	32.455	25.625	18.795	11.965
Fluxo com projeção de inflação	36.512	28.187	20.487	12.982
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Direito de uso líquido - saldo final				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	36.399	34.252	32.105	29.958
Fluxo com projeção de inflação	40.949	37.677	34.994	32.504
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Despesa financeira				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	5.095	4.795	4.494	4.194
Fluxo com projeção de inflação	5.731	5.274	4.898	4.550
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Despesa de depreciação				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	2.147	2.147	2.147	2.147
Fluxo com projeção de inflação	2.415	2.361	2.340	2.330
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%

DocuSign Envelope ID: 88A98668-65D1-4E02-A459-E8C5F2DCCCCA

28 Cobertura de seguros (não auditado)

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil dos Administradores	20.000
Edificações, Máquinas, Estoque	Incêndio, Queda raios, Explosão	90.000
Edificações, Máquinas, Estoque	Danos elétricos	400
Edificações, Máquinas, Estoque	Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado	900
Edificações, Máquinas, Estoque	Roubo, Furto	600
Estoque (por embarque/viagem)	Transporte Nacional de Carga	1.000
Estoque (por embarcação)	Transporte Internacional (marítimo)	USD 1.200
Estoque (por veículo/aeronave)	Transporte Internacional (terrestre/aéreo)	USD 500

29 Eventos subsequentes

Aumento de capital

Foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 08 de fevereiro de 2023, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 215.000, que foi integralizado em moeda corrente.

Debêntures

A Companhia aprovou em 08 de março de 2023 a realização de sua primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$ 375.000, emitidas em 15 de março de 2023, nos termos da Resolução CVM nº 160/2022.
Os recursos a serem captados por meio das Debêntures serão destinados para reforço do capital de giro e constituição de garantia de cessão fiduciária de certificados de recebíveis bancários a ser outorgada no âmbito da Emissão.

* * *

PÁGINA CERTIFICADA
O jornal DIÁRIO CATARINENSE
Confirma a autenticidade deste documento
quando visualizado diretamente no portal
https://www.nsctotal.com.br/publicidadelegal

CPX DISTRIBUIDORA S.A.

CNPJ nº 10.158.356/0001-01

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	18.128	2.217
Contas a receber de clientes	8	266.020	61.059
Contas a receber de clientes partes relacionadas	8 e 18	42.969	3.255
Estoques	9	431.840	223.194
Impostos a recuperar	10	109.528	96.361
Adiantamento a fornecedores	12	1.169	10.968
Adiantamento a fornecedores partes relacionadas	12 e 18	76.831	–
Outras contas a receber		8.769	5.813
		955.254	402.867
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	20.169	–
Impostos a recuperar	10	382.996	33.106
Depósitos judiciais	20	40.635	43.722
Imobilizado	13	10.698	1.845
Intangível		1.791	75
Direito de uso de bens em arrendamento	27	38.546	6.078
		494.835	84.826
		1.450.089	487.693

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores	14	134.478	106.723
Fornecedores partes relacionadas	14 e 18	257.602	101.352
Empréstimos e financiamentos	15	163.425	12.662
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos	16	113.673	60.607
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		14.350	4.164
Adiantamento de clientes	17	684	514
Adiantamento de clientes partes relacionadas	17 e 18	40.594	–
Instrumentos financeiros derivativos	19	6.950	–
Arrendamentos a pagar	27	4.972	1.003
Outras contas a pagar		10.222	8.707
		746.950	295.732
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	217.141	11.079
Arrendamentos a pagar	27	34.313	5.105
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos	16	37.577	1.007
Provisão para contingências	20	51.046	44.514
		340.077	61.705
Patrimônio líquido	21		
Capital social		75.000	50.000
Reserva de incentivos fiscais		107.327	51.222
Reserva legal		15.000	7.258
Reservas de lucros		165.735	21.776
		363.062	130.256
		1.450.089	487.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Receita líquida de vendas	22	1.713.798	848.401
Custo das vendas	23	(1.173.452)	(629.178)
Lucro bruto		540.345	219.223
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas de vendas	23	(170.168)	(65.859)
Despesas administrativas e gerais	23	(122.867)	(25.803)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	164.162	55.138
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		411.472	182.699
Receitas financeiras	24	72.477	7.369
Despesas financeiras	24	(68.521)	(18.432)
Variação cambial, líquida	24	(7.917)	(1.271)
Despesas financeiras, líquidas		(3.961)	(12.334)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		407.511	170.365
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(98.514)	(62.294)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	20.169	(3.809)
Lucro líquido do exercício		329.166	104.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**329.166**	**104.262**
Resultado Abrangente do Exercício	**329.166**	**104.262**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**50.000**	**14.134**	**2.045**	**(13.127)**	**–**	**53.052**
Resultado do Exercício:						
Lucro Líquido do Exercício					104.262	104.262
Constituição de reserva de incentivos fiscais		37.088			(37.088)	
Constituição de reserva legal			5.213		(5.213)	
Transação de capital com sócios:						
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório					(2.925)	(2.925)
Distribuição de dividendo adicionais no exercício					(7.492)	(7.492)
					(16.641)	(16.641)
Retenção de lucros do exercício				34.903	(34.903)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**50.000**	**51.222**	**7.258**	**21.776**	**–**	**130.256**
Resultado do exercício:						
Lucro Líquido do exercício					329.166	329.166
Aumento de capital social	25.000		(7.000)		(18.000)	–
Constituição de reserva de incentivos fiscais		56.105			(56.105)	–
Constituição de reserva legal			14.742		(14.742)	–
Transação de capital com sócios:						
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório					(77.496)	(77.496)
Distribuição de dividendo adicional					(18.864)	(18.864)
Retenção de lucros do exercício				143.959	(143.959)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**75.000**	**107.327**	**15.000**	**165.735**	**–**	**363.062**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e dacontribuição social		407.511	170.365
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	13	897	819
Amortização arrendamento de bens	27	2.147	1.177
Provisão para devedores duvidosos (constituição e reversão)		(580)	1.307
Crédito extemporâneo de PIS COFINS	10	(224.033)	–
Provisão para contingências	20	6.532	15.905
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	15	16.704	4.221
Variações nos ativos e passivos			
Redução (aumento) no contas a receber de clientes	8	(244.095)	(47.316)
Redução (aumento) em estoques	9	(208.646)	(171.294)
Redução (aumento) em adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas	12	(67.032)	7.771
Redução (aumento) em depósitos judiciais	20	3.087	(20.864)
Redução (aumento) em outras contas a receber		(2.956)	(4.830)
Redução (aumento) em impostos a recuperar	10	(139.024)	(108.659)
(Redução) aumento em fornecedores	14	184.005	192.943
(Redução) aumento em obrigações fiscais e tributárias	16	89.636	56.798
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias		10.186	3.494
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	17	40.764	(4.214)
(Redução) aumento em arrendamentos a pagar	27	(1.438)	(1.467)
(Redução) aumento em outras contas a pagar		8.465	8.707

	Nota	2022	2021
Juros sobre empréstimos pagos	15	(1.468)	(3.263)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(98.514)	(62.294)
Fluxo de caixa líquido proveniente (utilizado nas) atividades operacionais		(217.852)	39.306
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo intangível		(1.716)	–
Aquisição de ativo imobilizado	13	(9.750)	(565)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(11.466)	(565)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos distribuídos aos sócios	21	(96.360)	(10.417)
Aumento em mútuo com partes relacionadas		–	14.594
Juros sobre capital próprio		–	(16.641)
Empréstimos tomados	15	383.017	10.600
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15	(41.428)	(38.298)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		245.229	(40.162)
Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		15.911	(1.421)
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		2.217	3.638
No fim do período		18.128	2.217
Demonstração da (redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa		15.911	(1.421)

A Companhia não realizou transações provenientes das atividades de investimento e operacionais que não impactaram caixa, exceto o registro de novos contratos de arrendamento mercantil contratado no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021 no montante de R$ 7.410 conforme apresentado na Nota explicativa nº 27.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A CPX Distribuidora S.A., foi fundada em 15 de julho de 2008, possui sede na Rodovia Antônio Heil, nº 800, Itajaí, Estado de Santa Catarina, e tem como objeto social o comércio varejista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças. A Companhia é integralmente controlada pelo acionista Cantu Store S.A. Visando aprimorar sua estrutura de capital, a Companhia aprovou em 8 de fevereiro de 2023 a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações no valor total de R$ 375.000, nos termos da Resolução CVM 160/2022, conforme apresentado na Nota 29.

2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 5. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e, também o exercício de julgamento por parte da administração a Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando requerido nas normas. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração a Companhia em 30 de março de 2023. **2.3 Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia incluídas na combinação e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(a) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 11 -** Imposto de renda e contribuição social diferidos (reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados); • **Nota 20 -** Contingências (avaliação sobre necessidade de constituição de provisões para contingências). **(b) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1 -** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2 -** *inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e* • **Nível 3 -** *inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).* A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

4. Mudança nas principais políticas contábeis: Para o exercício de 2022 não houve alterações de normas contábeis aplicáveis a Companhia.

5. Principais políticas contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **(c) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **(d) Caixa e equivalentes a caixa:** Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata, ou seja, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias a partir da data de contratação. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data destas demonstrações financeiras. **(e) Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizados pela Administração, bem como a movimentação da provisão, estão descritos na nota 08 - Contas a receber de clientes. **(f) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de preço médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condições atuais. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores líquidos de realização. O valor líquido de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas. Os estoques são avaliados periodicamente pela Companhia, criticando a necessidade de constituição de impairment considerando as premissas definidas em política interna. **(g) Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***(iii) Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo reduzido do valor residual estimado para o bem. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos eletrônicos	5 anos
Instalações comerciais	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja apropriado. **(h) Intangível:** ***(iv) Reconhecimento e mensuração:*** *Softwares* Possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. ***(v) Gastos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. ***(vi) Amortização:*** Os *softwares* e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A vida útil estimada para softwares é de 5 anos. **(i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não fornece benefícios de longo prazo a seus empregados. **(j) Instrumentos financeiros: (i) Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com a categoria de mensuração a seguir: ***a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:*** São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. ***(ii) Reconhecimento e desreconhecimento:*** Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. **(k) Redução ao valor recuperável (*Impairment*):** ***(vii) Ativos financeiros não-derivativos*** **Instrumentos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Contas a receber; A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:• Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas

PÁGINA CERTIFICADA
O jornal DIÁRIO CATARINENSE
Confirma a autenticidade deste documento
quando visualizado diretamente no portal
https://www.nsctotal.com.br/publicidadelegal

obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. - A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". - As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. ***Baixa:*** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. ***(viii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **(l) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **(m) Receita de vendas:** ***Venda de bens:*** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; todavia, para alguns embarques internacionais a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor. **(n) Receitas financeiras:** A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **(o) Subvenções e assistência governamental:** As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que estas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo. As subvenções que visam a compensar despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas, conforme Lei 11.973/14. **(p) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** O imposto de renda e a contribuição social estão baseados no lucro tributável do exercício. O imposto de renda e a contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de sua subsidiária individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(iii) ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** Em relação ao ICPC 22, a Companhia não adota nenhum procedimento contábil em desacordo com a legislação fiscal que possa oferecer risco de interpretação divergente por parte do fisco. **(q) Partes relacionadas:** As divulgações de transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e são feitas apenas se estes termos puderem ser efetivamente comprovados. A natureza dessas transações e o registro contábil estão descritos na Nota 18. **(r) Arrendamentos:** A Companhia aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

6. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2022 não tiveram impactos nas informações contábeis e intermediárias individuais e consolidadas da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS as quais tem sua adoção para o exercício de 2022 e após. A Companhia avaliou os impactos para a adoção destas normas em suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas: * Classificação do passivo em circulante ou não circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) * Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1) * Definição de estimativas contábeis (Alterações ao CPC 23 / IAS 8).

7. Caixa e equivalentes de caixa: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Caixa e depósitos à vista	8.628	1.575
Aplicações financeiras - renda fixa (i)	9.500	642
	18.128	2.217

(i) Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados em média à taxa de 102% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (105% do CDI em 2021). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

8. Contas a receber de clientes: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Contas a receber	267.314	62.933
Partes relacionadas (Nota explicativa n° 18)	42.969	3.255
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.294)	(1.874)
	308.989	64.314

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento:

No País	2022	2021
A vencer	300.838	63.077
Vencidos até 30 dias	4.268	682
Vencidos de 31 a 90 dias	1.574	105
Vencidos de 91 a 180 dias	2.309	511
Vencidos de 181 a 360 dias	683	978
Acima de 360 dias	611	835
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.294)	(1.874)
	308.989	64.314

As perdas esperadas são estimadas com base no histórico de realização da carteira de clientes, exceto para os casos em que temos a apresentação de garantia real de recebimento. sendo consideradas suficientes pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos. As movimentações estão apresentadas a seguir:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	(1.874)	(567)
Provisão constituída	–	(1.307)
Provisão revertida	580	–
Saldo em 31 de dezembro	(1.294)	(1.874)

9. Estoques: O saldo é composto pelos seguintes valores:	2022	2021
Mercadoria para revenda	431.840	223.194
	431.840	223.194

O aumento do saldo de estoque decorre principalmente da abertura de novas filiais para atendimento a clientes em algumas regiões e do crescente aumento das operações. Para os estoques de pneus, são utilizados código DOT (*Department of Transportation*) como identificação da data de fabricação. Produtos com DOT superiores a um ano são monitorados e destinados a equipe comercial para elaboração de campanhas e ações de venda. A Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para estoques obsoletos.

10. Impostos a recuperar: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
ICMS (i)	29.218	21.027
COFINS (ii)	373.434	94.125
PIS (ii)	88.137	13.031
IRPJ	1.319	909
CSLL	375	375
Outros	41	–
	492.524	129.467
Ativo circulante	109.528	96.361
Ativo não circulante	382.996	33.106

(i) A Companhia apropria os créditos de ICMS sobre as compras de mercadorias para revenda. Os créditos são realizados no decorrer da comercialização das mercadorias e no fluxo normal de apuração deste tributo. (ii) Crédito com origem preponderantemente da **ação judicial transitada em julgado**, no Superior Tribunal de Justiça - STJ em maio de 2021, em favor da empresa controlada CPX Distribuidora S.A. A monetização destes créditos está ocorrendo mensalmente mediante a compensação com débitos de tributos federais, tais como o INSS, IRRF, IPI, IRPJ e a CSLL e está associada diretamente a expectativa futura de aumento dos lucros tributáveis, aumento da folha de salários e ao início da tributação de IPI ocorrida em fevereiro de 2023. A expectativa de realização dos créditos de PIS e COFINS está definida da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
2023	–	–	78.575	–
2024	–	–	100.402	–
2025	–	–	156.469	–
2026	–	–	126.125	–
	–	–	461.571	–

11. Impostos diferidos e correntes: (a) Reconciliação da alíquota efetiva dos impostos correntes: As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	407.511	170.365
Alíquota nominal 34%	(138.554)	(57.924)
Adições e exclusões permanentes e temporárias		
(-) Provisão de tarifas de cartão de crédito	–	(1.804)
(-) Provisão para despesas com fretes	–	(1.766)
(-) Provisão para contingências	(2.220)	(5.408)
(-) Juros sobre capital próprio	–	(5.657)
(+) Rendimento Selic sobre créditos tributários	23.187	–
(-) Outras adições/exclusões líquidas	(2)	(1.237)
(+) Subvenção - Lei nº 12.973/14	19.075	11.502
	(98.514)	(62.294)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(98.514)	(62.294)
Alíquota efetiva	24%	39%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte composição:

	2022	2021
Prejuízo fiscal e base negativa	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–
Diferenças temporárias		
Provisão para contingência	17.356	–
Provisão para perda em contas a receber	440	–
Outras provisões	2.373	–
	20.169	
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	20.169	–

A expectativa de realização do ativo fiscal diferido está definida da seguinte forma:

	2022	2021
2023	6.093	–
2024	4.799	–
2025	3.721	–
2026	3.233	–
2027	2.323	–
	20.169	–

12. Adiantamento a fornecedores e partes relacionadas: O saldo de adiantamento a fornecedores é relativo à compra de mercadorias para revenda e é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Fornecedores	1.169	10.968
Partes relacionadas (Nota n° 18)	76.831	–
	78.000	10.968

	Terrenos	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Equipamentos Eletrônicos	Instalações	Móveis e Utensílios	Outras Imobilizações	Obras em Andamento	Total
Taxa de depreciação		20%	10%	25%	20%	10	10%	20%		
Custo	165	1.863	104	8	118	398	630	25		3.311
Depreciação acumulada		(1.028)	(61)	(8)	(107)	(176)	(232)	(12)	–	(1.624)
Saldos em 1º/01/2021	**165**	**835**	**43**	–	**11**	**222**	**398**	**13**	–	**1.687**
Adições			117	350			93		5	565
Transferências		(29)	(10)	(14)	(3)	56		(13)	13	–
Depreciação		(26)	(20)	(37)	(8)	(28)	(288)	–	–	(407)
Saldos em 31/12/2021	**165**	**780**	**130**	**299**	**–**	**250**	**203**	–	**18**	**1.845**
Custo	165	1.722	233	350	41	371	822	–	18	3.730
Depreciação acumulada		(942)	(103)	(51)	(41)	(121)	(619)	–		(1.885)
Saldos em 31/12/2021	**165**	**780**	**130**	**299**	–	**250**	**203**	–	**18**	**1.845**
Saldos em 1º/01/2022	**165**	**780**	**130**	**299**	–	**250**	**203**	–	**18**	**1.845**
Custo	165	1.722	233	350	41	371	822	–	18	3.730
Depreciação acumulada		(942)	(103)	(51)	(41)	(121)	(619)	–	–	(1.885)
Saldos em 1º/01/2022	**165**	**780**	**130**	**299**	–	**250**	**203**	–	**18**	**1.845**
Adições		1.278	1.633	109	937	4.871	774	113	35	9.750
Transferências	–	18	–	–	–	–	–	–	(18)	–
Baixas	(165)	–	–	–	–	–	–	–	–	(165)
Depreciação		(74)	(79)	(94)	(44)	(195)	(246)	–	–	(732)
Saldos em 31/12/2022	**–**	**2.002**	**1.684**	**314**	**893**	**4.926**	**731**	**113**	**35**	**10.698**
Custo	–	3.018	1.866	459	978	5.242	1.596	113	35	13.315
Depreciação acumulada		(1.016)	(182)	(145)	(85)	(316)	(865)			(2.617)
Saldos em 31/12/2022	**–**	**2.002**	**1.684**	**314**	**893**	**4.926**	**731**	**113**	**35**	**10.698**

(iv) ***Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos:*** De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o período findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração não identificou a existência de indicativos de impairment e, consequentemente, não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas.

14. Fornecedores: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Fornecedores	134.478	106.723
Partes relacionadas (Nota n° 18)	239.959	101.352
	374.437	208.075

Por conta do forte crescimento nas vendas, a Companhia elevou seu fluxo de compras de mercadorias nacionais e importadas. Com isto vem crescendo seu saldo junto aos fornecedores.

15. Empréstimos e financiamentos: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Juros	Vencimento	2022	2021
Capital de giro	CDI + 3,3%	Fev/2027	360.223	13.496
Capital de giro FGI	CDI + 5,1%	Nov/2024	2.700	5.100
Risco sacado	21,7%	Mar/2023	17.643	–
Fundos de recebíveis	15,1%	Jun/2022	–	5.145
			380.566	23.741
Circulante			163.425	12.662
Não circulante			217.141	11.079

A taxa de juros informada representa a média ponderada das taxas dos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022. As garantias apresentadas são compostas por cessão fiduciária de recebíveis, estoque e aval. A Companhia possuía bens recebíveis dados como garantia, no valor de R$ 237.335 (R$ 38.475 em 31.12.2021). **Capital de giro e capital de giro FGI:** Operações de financiamento por meio de linha de crédito de capital de giro foram celebrados com Banco Safra S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco Inter S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Citibank S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Santander S.A. e Banco BTG Pactual S.A. As garantias apresentadas são compostas por cessão fiduciária de recebíveis e aval cruzado das empresas do Grupo Cantu Store. **Risco sacado:** A Companhia firmou convênio junto ao Banco Voiter, para contratar operações com objetivo de prorrogar o pagamento das obrigações junto aos fornecedores de mercadorias para revenda. Estas transações têm prazo médio de 60 dias e os encargos financeiros estão registrados no resultado da Companhia como despesa financeira. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo das demonstrações financeiras é de R$ 17.643. A movimentação dos empréstimos e financiamentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser assim demonstrada:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	23.741	50.481
Captação	383.017	10.600
Encargos financeiros	16.704	4.221
Amortização – principal	(41.428)	(38.298)
Amortização - juros e variações	(1.468)	(3.263)
Saldo no final do exercício	**380.566**	**23.741**

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2022	2021
2023	–	8.313
2024	116.631	2.766
2025	69.187	–
2026	29.638	–
2027	1.685	–
	217.141	**11.079**

Cláusulas restritivas ("*Covenants*"): O Grupo Cantu Store, na demonstração financeira combinada, está sujeito a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros consistem em: (a) Índice de liquidez corrente maior ou igual a 1,10. (b) Índice dívida líquida / EBITDA, menor ou igual a 2,30. (c) Distribuição de dividendos aos acionistas limitada a 50% do lucro líquido. (d) Saldo de caixa e equivalente de caixa maior ou igual a R$ 20.000. (e) Índice EBITDA / resultado financeiro líquido maior que 2,00. (f) Redução do capital social em qualquer montante. (g) Alteração do controle societário, direta ou indiretamente. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu todo os indicadores financeiros exigidos nas cláusulas restritivas.

16. Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos:
O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
ICMS	19.710	10.906
IRPJ	65.424	34.292
CSLL	24.082	12.540
IPI	30.597	–
Parcelamentos (i)	10.896	3.843
Outros	541	33
	151.250	61.614
Passivo circulante	113.673	60.607
Passivo não circulante	37.577	1.007

(i) Refere-se a débitos de ICMS Próprio e ICMS Substituição Tributária, declarados e não recolhidos nos seus respectivos vencimentos originais, e parcelados junto a Secretaria da Fazenda dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, em parcelas mensais que variam entre 12 e 60 meses e atualizados monetariamente pela taxa Selic.

17. Adiantamento de clientes e partes relacionadas:

	2022	2021
Clientes	684	514
Clientes partes relacionadas (Nota nº 18)	40.594	–
	41.278	514

18. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 referem-se a transações comerciais de compra e venda de mercadoria. Os saldos passivos com partes relacionadas incluem as operações de fornecimento de mercadorias.

PÁGINA CERTIFICADA
O jornal DIÁRIO CATARINENSE
Confirma a autenticidade deste documento
quando visualizado diretamente no portal
https://www.nsctotal.com.br/publicidadelegal

Em 31/12/2022	Contas a receber	Adiantamentos a receber	Contas a pagar	Adiantamento a pagar	Vendas	Compras
Absolute Trade Ltda		18.553	38.792			141.645
Level Trade S.A.		6.103	27.299	8.000		112.596
Canaan Trade Ltda	205	1.221			8.254	
CS Trade Ltda (antes RJU)		50.954	63.403			428.889
ITR Comércio Pneus S.A.	42.566				343.763	
CP Comercial S.A.	198		110.465	32.594	202.364	138.286
	42.969	76.831	239.959	40.594	554.381	821.416

Em 31/12/2021	Contas a receber	Adiantamentos a receber	Contas a pagar	Mútuo a pagar	Vendas	Compras
Level Trade S.A.			14.484			78.018
CS Trade S.A. (antes RJU)			18.060			173.063
ITR Comércio Pneus S.A.	3.255				46.966	
CP Comercial S.A.			68.808		266.144	139.009
	3.255		101.352		313.110	390.090

Remuneração do pessoal chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui o quadro de diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2022	2021
Salários e pró-labore	1.624	287
Benefícios diretos e indiretos	270	140
Participação nos resultados	251	105
	2.145	532

19. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia possui as seguintes operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022. As operações tem como propósito a proteção quanto a flutuação nas taxas de câmbio e taxa ("CDI") em contratos de empréstimos e financiamentos.

Operação	Tipo	Risco	Valor contratado
SWAP	Câmbio	Dólar	137.000
SWAP	Câmbio	Euro	60.000
			197.000

A Companhia efetuou o registro contábil com base no valor justo em 31 de dezembro de 2022 pelo regime de competência. O valor acumulado líquido registrado está a seguir:

		Consolidado		
	Ajuste ao valor justo	Ganho (perda) efetivada	2022	2021
Programa				
Proteção da exposição cambial				
Contratos de dólar americano	(7.972)	(11.262)	(19.234)	–
Contratos de euro	1.022	–	1.022	–
Efeito líquido no resultado	(6.950)	(11.262)	(18.212)	–

As operações com derivativos foram contratadas a partir de janeiro de 2022, e até 31 de dezembro de 2022 estão apresentando resultado negativo de R$ 18.212 conforme demonstrado na Nota 24.

20. Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e tributárias. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos. Em 31 de dezembro de 2022, para processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados como sendo de risco provável, provisão é demonstrada como segue:

	2022	2021
Provisão para ações de natureza tributária (a)	50.364	43.832
Provisão para ações de natureza cível e trabalhista	682	682
	51.046	44.514
(-) Depósitos judiciais de natureza tributária (b)	(40.635)	(43.722)
	(40.635)	(43.722)

Ações de natureza tributária. Quanto aos processos de natureza tributária, referem-se ao DIFAL de ICMS onde a Companhia figura no polo ativo em ações judiciais movidas contra vinte e dois Estados da Federação, questionando a legalidade da cobrança de ICMS - Diferencial de alíquota, nas operações de vendas interestaduais destinadas a consumidor final e realizadas através da internet. (h) Depósito judicial de natureza tributária Em relação ao processo judicial, onde a Companhia figura no polo ativo, a Companhia obteve decisões liminares proferidas pelos tribunais regionais dos Estados de São Paulo, Tocantins, Rio Grande do Norte, Paraná, Goiás, Ceará, Bahia e Minas Gerais que permite que os valores de DIFAL de ICMS apurados sobre as operações de venda não presencial possam ser recolhidos por meio de guias de depósito judicial até que o mérito do respectivo processo seja definitivamente julgado **Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir: Existem ainda processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda classificado como possível, no montante de R$ 8.781 (R$ 8.205 em 2021).

21. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações (50.000.000 em 2021) sem valor nominal. O valor do capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 75.000 (R$ 50.000 em 2021). Em 18 de fevereiro de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no valor de R$ 25.000, integralizados mediante a capitalização do saldo de R$ 18.000 de lucros acumulados e R$ 7.000 mediante capitalização de reserva legal. Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, informamos que a Companhia tem como acionista majoritário a Cantu Store S.A. com 100% de participação do seu capital social. **(s) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído:** É constituída nos termos do § 4º e 5º do art. 202 da Lei 6.404/76, quando a Diretoria considerar o dividendo obrigatório incompatível com a situação financeira. **(t) Dividendos:** No estatuto social da Companhia que compõem as demonstrações financeiras, está previsto o percentual de 30% do lucro do exercício é destinado a título de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. **(u) Reserva de subvenções:** A Companhia é beneficiário de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos Estados de Pernambuco e Espírito Santo classificados como subvenção para investimento, e com base no Art. 30 da Lei 12.973/14 a Companhia passou a constituir a reserva de incentivos fiscais para que os respectivos valores não sejam computados na determinação da base de cálculo do lucro real. Os valores lançados na reserva de subvenções, são usufruídos na forma de apuração e apropriação de crédito presumido de ICMS calculados sobre as operações de venda interestadual para consumidor final não contribuinte. **(v) Reserva legal:** É constituída, antes de qualquer outra destinação, à razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

22. Receita operacional líquida:

A receita líquida possui a seguinte composição:	2021	2020
Vendas mercado interno (i)	1.529.345	642.745
Vendas mercado interno partes relacionadas (Nota explicativa 18)	554.381	313.110
Serviços prestados	32.856	16.075
Receita operacional bruta	2.116.582	971.930
Impostos sobre vendas	(62.268)	(98.375)
Devoluções e abatimentos	(340.516)	(25.154)
Deduções da receita	(402.784)	(123.529)
	1.713.798	848.401

Três fatores preponderantes influenciaram no aumento de aproximadamente 160% no faturamento da Companhia: 1) A inflação no setor automotivo provocada pela escassez de produtos no mercado, principalmente pneus de caminhão; 2) ampliação da área de atuação territorial devido a abertura de novas filiais nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste. Tivemos também a ampliação dos centros de distribuição localizados em Itajaí/SC, Serra/ES, Baruei/SP e Jaboatão dos Guararapes/PE, e também a ampliação e diversificação do portifólio de produtos onde a Companhia passou a comercializar pneus de moto, bicicleta, além de outras medidas de pneu para uso agrícola e industrial; e 3) A migração de uma parte do faturamento do segmento frota que antes era faturado pela empresa CP Comercial S.A, que compõem o Grupo Cantu Store.

23. Custo das mercadorias vendidas, despesas de vendas e despesas administrativas e gerais:

	2022	2021
Custo das mercadorias revendidas	1.173.452	629.178
Despesas com pessoal e encargos	62.269	14.695
Serviços de terceiros	24.105	10.690
Despesas com aluguel	6.117	361
Viagens e estadias	4.090	762
Comissões sobre vendas	55.871	27.198
Depreciação e amortização	3.032	1.996
Provisão com perdas esperadas de clientes	(580)	1.307
Fretes e armazenagem	90.745	21.949
Despesas com publicidade	16.443	4.587
Despesas com informática	11.369	1.783
Manutenção	2.344	–
Garantias	3.141	–
Seguros	642	–
Despesas com importação	2.550	–
Outros custos e despesas	10.897	6.334
	1.466.487	720.840

(v) Reconciliação dos custos e despesas por função:

	2022	2021
Custo das vendas	1.173.452	629.178
Despesas com vendas	170.168	65.859
Despesas administrativas e gerais	122.867	25.803
	1.466.487	720.840

24. Receitas e despesas financeiras:

	2022	2021
Despesas financeiras		
Encargos de dívida bancária	(19.753)	(4.682)
Juros pagos a terceiros	(13.968)	(2.309)
Tarifas bancárias	(1.651)	(1.470)
Taxa de adm. Cartão crédito	(11.260)	(7.963)
IOF	(2.206)	–
Juros sobre arrendamento mercantil	(1.134)	–
Despesas com Swap	(18.212)	–
Descontos concedidos	(20)	(1.202)
Outros	(317)	(806)
	(68.521)	(18.432)
Receitas financeiras		
Juros ativos	1.671	330
Descontos obtidos	931	187
Rendimento de aplicações financeiras	1.477	–
Rendimento Selic sobre crédito tributário	68.213	6.818
Outros	185	34
	72.477	7.369
Variação cambial líquida		
Variação cambial passiva	(19.978)	(1.519)
Variação cambial ativa	12.061	248
	(7.917)	(1.271)
	(3.961)	(12.334)

25. Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas:

Os valores estão assim representados:	2022	2021
Reversão de provisão para contingência de natureza tributária	46.118	5.482
Créditos de PIS e COFINS extemporâneos (i)	155.835	44.969
Débitos de IPI extemporâneos	(30.597)	–
Deságio na cessão de créditos tributários	(9.154)	–
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	1.960	4.687
	164.162	55.138

(i) Em 13 de maio de 2021 o Superior Tribunal de Justiça proferiu sentença transitada em julgado em favor da Companhia. A Administração efetuou o levantamento dos créditos referente aos exercícios de 2012 a 2021, registrado como outas receitas operacionais.

26. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro abaixo:

	2022	2021
Ativos financeiros		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	18.128	2.217
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	308.989	64.314
Depósitos judiciais	40.635	43.722
Adiantamento a fornecedores e partes relacionadas	78.000	10.968
Outras contas a receber	8.769	5.813
	454.521	127.034
Passivos financeiros:		
Custo amortizado:		
Fornecedores e partes relacionadas	392.080	208.075
Arrendamentos a pagar	39.285	6.108
Empréstimos e Financiamentos	380.566	23.741
Adiantamento de clientes e partes relacionadas	41.278	514
Outras contas a pagar e mútuo	17.172	8.707
	870.381	247.145

Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia detinha caixa e equivalentes, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha. **Contas a receber e fornecedores:** Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações. **Mútuos com partes relacionadas:** São classificados como outros ativos financeiros e estão registrados pelo método do custo amortizado. O valor contábil se equivale ao valor justo. **Empréstimos e financiamentos:** São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas. **Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito • Risco de liquidez e estrutura de capital • Risco de mercado • Risco cambial Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e País onde os clientes operam, uma vez que esses fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais. **Risco de liquidez e estrutura de capital:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser assim sumarizados:

	2022	2021
Total financiamentos e empréstimos (Nota 15)	380.566	23.741
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(18.128)	(2.217)
Dívida líquida	362.438	21.524
Patrimônio líquido	363.062	130.256
Capital total	725.500	151.780
Índice de alavancagem financeira	0,50	0,14

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pela Companhia e dos demais insumos, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco cambial:** A Companhia está sujeito ao risco de moeda nas compras denominados em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro. **Análise de sensibilidade:** As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia em moeda estrangeira são afetadas pelas variações do câmbio, tais como o Dólar. Contudo, a Companhia não espera impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência de a exposição cambial não ser material. As despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e SELIC. Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como a Selic. Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Operações com aplicações financeiras:

	Saldo em 31/12/22	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC				
Impacto no resultado	9.500	1.187	1.633	979

	Saldo em 31/12/21	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC				
Impacto no resultado	642	79	74	45

(*) Considera aumento da Selic em 25%. (**) Considera redução da Selic em 25%. A taxa de fechamento da Selic em 31 de dezembro de 2022 foi 13,75% (em 31 de dezembro de 2021 9,25%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,50% a.a. (em 31 de dezembro de 2021 12,25%), mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável).

Operações com financiamentos e empréstimos:

	Saldo em 31/12/2022	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC	380.566	47.570	65.419	39.236
Impacto no resultado				

	Saldo em 31/12/2021	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC				
Impacto no resultado	23.741	2.908	2.744	1.647

(*) Considera aumento da Selic em 25%. (**) Considera redução da Selic em 25%. A taxa de fechamento da Selic em 31 de dezembro de 2022 foi 13,75% (em 31 de dezembro de 2021 9,25%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,50% a.a. (em 31 de dezembro de 2021 12,25%), mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável).

27. Arrendamentos: A Companhia aluga diversos armazéns comerciais para sua área de estocagem e expedição de mercadorias e escritório de apoio. Em geral os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 3 a 10 anos, porém, eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém, os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um determinado período de tempo, em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas re-mensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Quando aplicável, os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É re-mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é re-mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. ***Arrendamentos de ativos de baixo valor:*** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por prazo de desconto:

Prazos	Taxa % a.a.
5 anos	14,0%

Ativo de direito de uso:

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	6.078	4.299
Adição por novos contratos Custos diretos incorridos	36.563	2.956
Baixa de contratos	(1.948)	–
Despesa de depreciação	(2.147)	(1.177)
Saldo em31 de dezembro	38.546	6.078

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	6.108	4.619
Juros provisionados	1.134	691
Juros pagos	(975)	(382)
Adição por novos contratos	42.515	2.874
Pagamentos	(6.830)	(1.694)
Ajuste por redução de pagamento	(2.667)	–
Saldo em 31 de dezembro	39.285	6.108
Passivo circulante	4.972	1.003
Passivo não circulante	34.313	5.105

Divulgações adicionais requeridas pela CVM: Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passi-

PÁGINA CERTIFICADA
O jornal DIÁRIO CATARINENSE
Confirma a autenticidade deste documento
quando visualizado diretamente no portal
https://www.nsctotal.com.br/publicidadelegal

CPX DISTRIBUIDORA S.A.

vo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2023	2024	2025	2026
Passivo de arrendamento				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	32.455	25.625	18.795	11.965
Fluxo com projeção de inflação	36.512	28.187	20.487	12.982
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Direito de uso líquido - saldo final				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	36.399	34.252	32.105	29.958
Fluxo com projeção de inflação	40.949	37.677	34.994	32.504
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Despesa financeira				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	5.095	4.795	4.494	4.194
Fluxo com projeção de inflação	5.731	5.274	4.898	4.550
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Despesa de depreciação				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	2.147	2.147	2.147	2.147
Fluxo com projeção de inflação	2.415	2.361	2.340	2.330
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%

28. Cobertura de seguros (não auditado): As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil dos Administradores	20.000
Edificações, Máquinas, Estoque	Incêndio, Queda raios, Explosão	90.000
Edificações, Máquinas, Estoque	Danos elétricos	400
Edificações, Máquinas, Estoque	Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado	900
Edificações, Máquinas, Estoque	Roubo, Furto	600
Estoque (por embarque/viagem)	Transporte Nacional de Carga	1.000
Estoque (por embarcação)	Transporte Internacional (marítimo)	USD 1.200
Estoque (por veículo/aeronave)	Transporte Internacional (terrestre/aéreo)	USD 500

29. Eventos subsequentes: Aumento de capital: Foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 08 de fevereiro de 2023, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 215.000, que foi integralizado em moeda corrente. **Debêntures:** A Companhia aprovou em 08 de março de 2023 a realização de sua primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$ 375.000, emitidas em 15 de março de 2023, nos termos da Resolução CVM nº 160/2022. Os recursos a serem captados por meio das Debêntures serão destinados para reforço do capital de giro e constituição de garantia de cessão fiduciária de certificados de recebíveis bancários a ser outorgada no âmbito da Emissão.

DIRETORIA

Vitor das Neves Leme - Diretor Adm e Financeiro
Joel Goncalves de Deus - Diretor Contábil

CONTADOR

Joel Goncalves de Deus - CRC SC-025519/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas - **CPX Distribuidora S.A**.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da CPX Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPX Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., Av. Rio Branco, 847, Salas 401, 402, 403 e 409, Florianópolis, SC, Brasil, 88015-205 T: 4004-8000, www.pwc.com.br Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 6 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/PMT/2023

CONCORRÊNCIA PÚBLICA - REGISTRO DE PREÇO Nº 002/PMT/2023
EXTRATO DA ATA DE DECISÃO APÓS RECEBIMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Ao **quatorze** dias do mês de **abril** de **dois mil e vinte e três**, às **doze horas** na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Tijucas/SC, reuniram-se a Pregoeira e a Equipe de Apoio, a **Pregoeira e Equipe de Apoio**, **nomeada pela Portaria nº 021/2023**, para cumprir os procedimentos relativos ao **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 048/PMT/2023 – CONCORRÊNCIA através do REGISTRO DE PREÇO Nº 002/PMT/2023,** que tem como **Contratação de empresa para prestação de Serviços de limpeza e manutenção de vias públicas, tais como: varrição manual e mecanizada, capina manual e mecanizada, roçada manual e mecanizada, raspagem de meio fio, limpeza de sarjetas, meio fio e canaletas, pintura de meio fio, limpeza de bueiros, limpeza de cemitério, pintura de poste, poda de arvores com limpeza de galhos, limpeza de praia, sendo tudo em área externa, sem dedicação exclusiva de mão de obra, na forma descrita no Projeto Básico/termo de referência, para atender as necessidades da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas – SC,** a ser regido pela Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislações vigentes. **A Comissão Permanente de Licitação recebeu na data de 13 de abril de 2023,** Impugnação protocolada pela empresa **COSTA OESTE SERVIÇOS LTDA,** junto ao Protocolo Geral da Prefeitura de Tijucas**,** referente ao edital supracitado. Após análise técnica, mediante Ofício nº 074/2023 exarado pelo Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, a Comissão de Licitação **DECIDE** por manter o edital nos moldes que se encontra. Neste sentido, **mantém-se a abertura do certame para o dia 17 de abril de 2023, às 08h00**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente sessão. Publique-se.

Tijucas, SC, 14 de abril de 2023.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DE RESULTADO/HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
DO PROCESSO Nº 012/FMS/2023 DO PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/FMS/2023.

Objeto: Aquisição de Medicamentos, visando atender as demandas de atendimento da Farmácia Básica, Pronto Atendimento e Samu, do Fundo Municipal de Saúde do município de Tijucas/SC.
Empresa Vencedora do Processo: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, foi vencedora dos itens: 03,05,06 e 33, no valor de R$ 35.629,00 (Trinta e cinco mil, seiscentos e vinte e nove reais).
Empresa Vencedora do Processo: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, foi vencedora do item: 18, no valor de R$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais).
Empresa Vencedora do Processo: A G KIENEN & CIA LTDA, foi vencedora dos itens: 27 e 35, no valor de R$ 8.699,00 (Oito mil, seiscentos e noventa e nove reais).
Empresa Vencedora do Processo: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, foi vencedora do item: 19, no valor de R$ 9.500,00 (Nove mil e quinhentos reais).
Empresa Vencedora do Processo: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PRÓ SAÚDE LTDA, foi vencedora do item: 08, no valor de R$ 5.600,00 (Cinco mil e seiscentos reais).
Empresa Vencedora do Processo: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS , foi vencedora do item: 16, no valor de R$ 17.000,00 (Dezessete mil reais).
Empresa Vencedora do Processo: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, foi vencedora dos itens: 02,15,20,32 e 34, no valor de R$ 70.235,00 (Setenta mil, duzentos e trinta e cinco reais).
Empresa Vencedora do Processo: PROGRESSO MED DISTRIBUIDORA LTDA, foi vencedora do item: 31, no valor de R$ 45.588,00 (Quarenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e oito reais).
Informações Complementares: **Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, nº 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br**

Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO
DOS POLICIAIS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL
E SANTA CATARINA - SICREDI POL RS/SC
CNPJ n.º 03.000.142/0001-47

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Modalidade Semipresencial

O Presidente e o Cogestor da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Pol RS/SC, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14 do Estatuto Social, convoca os senhores associados, que nesta data somam 1.439 (um mil, quatrocentos e trinta e nove), para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 17 (dezessete) horas, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; em segunda convocação, às 18 (dezoito) horas, com a presença da metade dos associados mais um, e, em terceira e última convocação, às 19 (dezenove) horas, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados. A Assembleia ocorrerá na modalidade semipresencial, realizada na Apofesul - Associação dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul, localizada na Av. Pará, nº 110, bairro Navegantes, nesta cidade, e transmitida simultaneamente, utilizando a Ferramenta Pertencer* acessada pelo site www.sicredi.com.br/assembleias, para os associados deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

1. Prestação de contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, compreendendo:
   a) relatório da gestão;
   b) balanço dos dois semestres do correspondente exercício;
   c) demonstrativo perdas;
   d) parecer da auditoria;
   e) parecer do Conselho Fiscal.
2. Rateio das perdas**.**
3. Homologação da Política de Sucessão de Administradores.
4. Ratificação do encerramento do regime de cogestão na Cooperativa.
5. Outros assuntos de interesse do quadro social (caráter não deliberatório).

Porto Alegre/RS, 15 de abril de 2023.
Geraldo Bertolo
Presidente
Jair Ruppenthal Meinen
Cogestor

OBSERVAÇÕES:

1. A Assembleia se realizará no formato semipresencial, cuja modalidade está amparada pelo art. 17-A da Lei Complementar nº 130/2009, bem como na Instrução Normativa DREI n.º 81, de 10 de junho de 2020.
2. A Política de Sucessão de Administradores encontra-se à disposição na sede da Cooperativa**.**
3. ***Instruções para participação e votação na Assembleia Semipresencial:** A transmissão da Assembleia será realizada ao vivo da Apofesul, simultaneamente, para participação dos associados nas modalidades digital (a distância) e presencial (física). a) Participação a distância por meio digital (Ferramenta Pertencer): Os associados que participarão pelo formato digital deverão acessar a ferramenta através do site www.sicredi.com.br/assembleias, cadastrando-se e identificando-se com seu CPF e senha, inclusive do representante legal de associado pessoa jurídica (se for o caso), no dia e horário indicados no preâmbulo, por qualquer dispositivo com internet, realizando seu cadastro para identificação, oportunidade em que será admitido seu ingresso na Assembleia. O mecanismo digital utilizado permitirá aos associados que se identifiquem, assim como exerçam seu direito a manifestação e voto, mediante atuação remota. Serão disponibilizados aos associados as instruções detalhadas para cadastramento e acesso à Assembleia Geral, através de e-mail ou w*hatsapp*. b) Participação presencial: Os associados que optarem pela participação presencial deverão comparecer no local, dia e horário indicados no preâmbulo.
4. A Assembleia será gravada eletronicamente.

nsc DC
PARA ANUNCIAR
LIGUE
(48) 3216-3812
(48) 3216-3216
Whats:
(48) 99625-3677

PÁGINA CERTIFICADA
O jornal DIÁRIO CATARINENSE
Confirma a autenticidade deste documento
quando visualizado diretamente no portal
https://www.nsctotal.com.br/publicidadelegal

CPX DISTRIBUIDORA S.A.

CNPJ nº 10.158.356/0001-01

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	18.128	2.217
Contas a receber de clientes	8	266.020	61.059
Contas a receber de clientes partes relacionadas	8 e 18	42.969	3.255
Estoques	9	431.840	223.194
Impostos a recuperar	10	109.528	96.361
Adiantamento a fornecedores	12	1.169	10.968
Adiantamento a fornecedores partes relacionadas	12 e 18	76.831	–
Outras contas a receber		8.769	5.813
		955.254	402.867
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	20.169	–
Impostos a recuperar	10	382.996	33.106
Depósitos judiciais	20	40.635	43.722
Imobilizado	13	10.698	1.845
Intangível		1.791	75
Direito de uso de bens em arrendamento	27	38.546	6.078
		494.835	84.826
		1.450.089	487.693

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores	14	134.478	106.723
Fornecedores partes relacionadas	14 e 18	257.602	101.352
Empréstimos e financiamentos	15	163.425	12.662
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos	16	113.673	60.607
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		14.350	4.164
Adiantamento de clientes	17	684	514
Adiantamento de clientes partes relacionadas	17 e 18	40.594	–
Instrumentos financeiros derivativos	19	6.950	–
Arrendamentos a pagar	27	4.972	1.003
Outras contas a pagar		10.222	8.707
		746.950	295.732
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	217.141	11.079
Arrendamentos a pagar	27	34.313	5.105
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos	16	37.577	1.007
Provisão para contingências	20	51.046	44.514
		340.077	61.705
Patrimônio líquido	21		
Capital social		75.000	50.000
Reserva de incentivos fiscais		107.327	51.222
Reserva legal		15.000	7.258
Reservas de lucros		165.735	21.776
		363.062	130.256
		1.450.089	487.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Receita líquida de vendas	22	1.713.798	848.401
Custo das vendas	23	(1.173.452)	(629.178)
Lucro bruto		540.345	219.223
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas de vendas	23	(170.168)	(65.859)
Despesas administrativas e gerais	23	(122.867)	(25.803)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	164.162	55.138
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		411.472	182.699
Receitas financeiras	24	72.477	7.369
Despesas financeiras	24	(68.521)	(18.432)
Variação cambial, líquida	24	(7.917)	(1.271)
Despesas financeiras, líquidas		(3.961)	(12.334)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		407.511	170.365
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(98.514)	(62.294)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	20.169	(3.809)
Lucro líquido do exercício		329.166	104.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**329.166**	**104.262**
Resultado Abrangente do Exercício	**329.166**	**104.262**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**50.000**	**14.134**	**2.045**	**(13.127)**	**–**	**53.052**
Resultado do Exercício:						
Lucro Líquido do Exercício					104.262	104.262
Constituição de reserva de incentivos fiscais		37.088			(37.088)	
Constituição de reserva legal			5.213		(5.213)	
Transação de capital com sócios:						
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório					(2.925)	(2.925)
Distribuição de dividendo adicionais no exercício					(7.492)	(7.492)
					(16.641)	(16.641)
Retenção de lucros do exercício				34.903	(34.903)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**50.000**	**51.222**	**7.258**	**21.776**	**–**	**130.256**
Resultado do exercício:						
Lucro Líquido do exercício					329.166	329.166
Aumento de capital social	25.000		(7.000)		(18.000)	–
Constituição de reserva de incentivos fiscais		56.105			(56.105)	–
Constituição de reserva legal			14.742		(14.742)	–
Transação de capital com sócios:						
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório					(77.496)	(77.496)
Distribuição de dividendo adicional					(18.864)	(18.864)
Retenção de lucros do exercício				143.959	(143.959)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**75.000**	**107.327**	**15.000**	**165.735**	**–**	**363.062**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e dacontribuição social		407.511	170.365
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	13	897	819
Amortização arrendamento de bens	27	2.147	1.177
Provisão para devedores duvidosos (constituição e reversão)		(580)	1.307
Crédito extemporâneo de PIS COFINS	10	(224.033)	–
Provisão para contingências	20	6.532	15.905
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	15	16.704	4.221
Variações nos ativos e passivos			
Redução (aumento) no contas a receber de clientes	8	(244.095)	(47.316)
Redução (aumento) em estoques	9	(208.646)	(171.294)
Redução (aumento) em adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas	12	(67.032)	7.771
Redução (aumento) em depósitos judiciais	20	3.087	(20.864)
Redução (aumento) em outras contas a receber		(2.956)	(4.830)
Redução (aumento) em impostos a recuperar	10	(139.024)	(108.659)
(Redução) aumento em fornecedores	14	184.005	192.943
(Redução) aumento em obrigações fiscais e tributárias	16	89.636	56.798
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias		10.186	3.494
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	17	40.764	(4.214)
(Redução) aumento em arrendamentos a pagar	27	(1.438)	(1.467)
(Redução) aumento em outras contas a pagar		8.465	8.707

	Nota	2022	2021
Juros sobre empréstimos pagos	15	(1.468)	(3.263)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(98.514)	(62.294)
Fluxo de caixa líquido proveniente (utilizado nas) atividades operacionais		(217.852)	39.306
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo intangível		(1.716)	–
Aquisição de ativo imobilizado	13	(9.750)	(565)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(11.466)	(565)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos distribuídos aos sócios	21	(96.360)	(10.417)
Aumento em mútuo com partes relacionadas		–	14.594
Juros sobre capital próprio		–	(16.641)
Empréstimos tomados	15	383.017	10.600
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15	(41.428)	(38.298)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		245.229	(40.162)
Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		15.911	(1.421)
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		2.217	3.638
No fim do período		18.128	2.217
Demonstração da (redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa		15.911	(1.421)

A Companhia não realizou transações provenientes das atividades de investimento e operacionais que não impactaram caixa, exceto o registro de novos contratos de arrendamento mercantil contratado no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021 no montante de R$ 7.410 conforme apresentado na Nota explicativa nº 27.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A CPX Distribuidora S.A., foi fundada em 15 de julho de 2008, possui sede na Rodovia Antônio Heil, nº 800, Itajaí, Estado de Santa Catarina, e tem como objeto social o comércio varejista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças. A Companhia é integralmente controlada pelo acionista Cantu Store S.A. Visando aprimorar sua estrutura de capital, a Companhia aprovou em 8 de fevereiro de 2023 a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações no valor total de R$ 375.000, nos termos da Resolução CVM 160/2022, conforme apresentado na Nota 29.

2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 5. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e, também o exercício de julgamento por parte da administração a Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando requerido nas normas. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração a Companhia em 30 de março de 2023. **2.3 Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia incluídas na combinação e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(a) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 11 -** Imposto de renda e contribuição social diferidos (reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados); • **Nota 20 -** Contingências (avaliação sobre necessidade de constituição de provisões para contingências). **(b) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1 -** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2 -** *inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e* • **Nível 3 -** *inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).* A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

4. Mudança nas principais políticas contábeis: Para o exercício de 2022 não houve alterações de normas contábeis aplicáveis a Companhia.

5. Principais políticas contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **(c) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **(d) Caixa e equivalentes a caixa:** Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata, ou seja, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias a partir da data de contratação. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data destas demonstrações financeiras. **(e) Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizados pela Administração, bem como a movimentação da provisão, estão descritos na nota 08 - Contas a receber de clientes. **(f) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de preço médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condições atuais. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores líquidos de realização. O valor líquido de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas. Os estoques são avaliados periodicamente pela Companhia, criticando a necessidade de constituição de impairment considerando as premissas definidas em política interna. **(g) Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***(iii) Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo reduzido do valor residual estimado para o bem. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos eletrônicos	5 anos
Instalações comerciais	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja apropriado. **(h) Intangível:** ***(iv) Reconhecimento e mensuração:*** *Softwares* Possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. ***(v) Gastos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. ***(vi) Amortização:*** Os *softwares* e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A vida útil estimada para softwares é de 5 anos. **(i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não fornece benefícios de longo prazo a seus empregados. **(j) Instrumentos financeiros: (i) Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com a categoria de mensuração a seguir: ***a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:*** São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. ***(ii) Reconhecimento e desreconhecimento:*** Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. **(k) Redução ao valor recuperável (*Impairment*): *(vii) Ativos financeiros não-derivativos* Instrumentos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Contas a receber; A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:• Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas

PÁGINA CERTIFICADA
O jornal DIÁRIO CATARINENSE
Confirma a autenticidade deste documento
quando visualizado diretamente no portal
https://www.nsctotal.com.br/publicidadelegal

obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. - A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". - As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. ***Baixa:*** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. ***(viii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **(l) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **(m) Receita de vendas:** ***Venda de bens:*** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; todavia, para alguns embarques internacionais a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor. **(n) Receitas financeiras:** A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **(o) Subvenções e assistência governamental:** As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que estas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo. As subvenções que visam a compensar despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas, conforme Lei 11.973/14. **(p) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** O imposto de renda e a contribuição social estão baseados no lucro tributável do exercício. O imposto de renda e a contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de sua subsidiária individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(iii) ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** Em relação ao ICPC 22, a Companhia não adota nenhum procedimento contábil em desacordo com a legislação fiscal que possa oferecer risco de interpretação divergente por parte do fisco. **(q) Partes relacionadas:** As divulgações de transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e são feitas apenas se estes termos puderem ser efetivamente comprovados. A natureza dessas transações e o registro contábil estão descritos na Nota 18. **(r) Arrendamentos:** A Companhia aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

6. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2022 não tiveram impactos nas informações contábeis e intermediárias individuais e consolidadas da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS as quais tem sua adoção para o exercício de 2022 e após. A Companhia avaliou os impactos para a adoção destas normas em suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas: * Classificação do passivo em circulante ou não circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) * Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1) * Definição de estimativas contábeis (Alterações ao CPC 23 / IAS 8).

7. Caixa e equivalentes de caixa: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Caixa e depósitos à vista	8.628	1.575
Aplicações financeiras - renda fixa (i)	9.500	642
	18.128	2.217

(i) Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados em média à taxa de 102% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (105% do CDI em 2021). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

8. Contas a receber de clientes: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Contas a receber	267.314	62.933
Partes relacionadas (Nota explicativa n° 18)	42.969	3.255
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.294)	(1.874)
	308.989	64.314

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento:

No País	2022	2021
A vencer	300.838	63.077
Vencidos até 30 dias	4.268	682
Vencidos de 31 a 90 dias	1.574	105
Vencidos de 91 a 180 dias	2.309	511
Vencidos de 181 a 360 dias	683	978
Acima de 360 dias	611	835
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.294)	(1.874)
	308.989	64.314

As perdas esperadas são estimadas com base no histórico de realização da carteira de clientes, exceto para os casos em que temos a apresentação de garantia real de recebimento. sendo consideradas suficientes pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos. As movimentações estão apresentadas a seguir:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	(1.874)	(567)
Provisão constituída	–	(1.307)
Provisão revertida	580	–
Saldo em 31 de dezembro	(1.294)	(1.874)

9. Estoques: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Mercadoria para revenda	431.840	223.194
	431.840	223.194

O aumento do saldo de estoque decorre principalmente da abertura de novas filiais para atendimento a clientes em algumas regiões e do crescente aumento das operações. Para os estoques de pneus, são utilizados código DOT (*Department of Transportation*) como identificação da data de fabricação. Produtos com DOT superiores a um ano são monitorados e destinados a equipe comercial para elaboração de campanhas e ações de venda. A Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para estoques obsoletos.

10. Impostos a recuperar: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
ICMS (i)	29.218	21.027
COFINS (ii)	373.434	94.125
PIS (ii)	88.137	13.031
IRPJ	1.319	909
CSLL	375	375
Outros	41	–
	492.524	129.467
Ativo circulante	109.528	96.361
Ativo não circulante	382.996	33.106

(i) A Companhia apropria os créditos de ICMS sobre as compras de mercadorias para revenda. Os créditos são realizados no decorrer da comercialização das mercadorias e no fluxo normal de apuração deste tributo. (ii) Crédito com origem preponderantemente da **ação judicial transitada em julgado**, no Superior Tribunal de Justiça - STJ em maio de 2021, em favor da empresa controlada CPX Distribuidora S.A. A monetização destes créditos está ocorrendo mensalmente mediante a compensação com débitos de tributos federais, tais como o INSS, IRRF, IPI, IRPJ e a CSLL e está associada diretamente a expectativa futura de aumento dos lucros tributáveis, aumento da folha de salários e ao início da tributação de IPI ocorrida em fevereiro de 2023. A expectativa de realização dos créditos de PIS e COFINS está definida da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
2023	–	–	78.575	–
2024	–	–	100.402	–
2025	–	–	156.469	–
2026	–	–	126.125	–
	–	–	461.571	–

11. Impostos diferidos e correntes: (a) Reconciliação da alíquota efetiva dos impostos correntes: As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	407.511	170.365
Alíquota nominal 34%	(138.554)	(57.924)
Adições e exclusões permanentes e temporárias		
(-) Provisão de tarifas de cartão de crédito	–	(1.804)
(-) Provisão para despesas com fretes	–	(1.766)
(-) Provisão para contingências	(2.220)	(5.408)
(-) Juros sobre capital próprio	–	(5.657)
(+) Rendimento Selic sobre créditos tributários	23.187	–
(-) Outras adições/exclusões líquidas	(2)	(1.237)
(+) Subvenção - Lei nº 12.973/14	19.075	11.502
	(98.514)	(62.294)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(98.514)	(62.294)
Alíquota efetiva	24%	39%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte composição:

	2022	2021
Prejuízo fiscal e base negativa	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–
Diferenças temporárias		
Provisão para contingência	17.356	–
Provisão para perda em contas a receber	440	–
Outras provisões	2.373	–
	20.169	
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	20.169	–

A expectativa de realização do ativo fiscal diferido está definida da seguinte forma:

	2022	2021
2023	6.093	–
2024	4.799	–
2025	3.721	–
2026	3.233	–
2027	2.323	–
	20.169	–

12. Adiantamento a fornecedores e partes relacionadas: O saldo de adiantamento a fornecedores é relativo à compra de mercadorias para revenda e é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Fornecedores	1.169	10.968
Partes relacionadas (Nota n° 18)	76.831	–
	78.000	10.968

13. Imobilizado

	Terrenos	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Equipamentos Eletrônicos	Instalações	Móveis e Utensílios	Outras Imobilizações	Obras em Andamento	Total
Taxa de depreciação		20%	10%	25%	20%	10	10%	20%		
Custo	165	1.863	104	8	118	398	630	25		3.311
Depreciação acumulada		(1.028)	(61)	(8)	(107)	(176)	(232)	(12)	–	(1.624)
Saldos em 1º/01/2021	**165**	**835**	**43**	**–**	**11**	**222**	**398**	**13**	**–**	**1.687**
Adições			117	350			93		5	565
Transferências		(29)	(10)	(14)	(3)	56		(13)	13	–
Depreciação		(26)	(20)	(37)	(8)	(28)	(288)	–	–	(407)
Saldos em 31/12/2021	**165**	**780**	**130**	**299**	**–**	**250**	**203**	**–**	**18**	**1.845**
Custo	165	1.722	233	350	41	371	822	–	18	3.730
Depreciação acumulada		(942)	(103)	(51)	(41)	(121)	(619)	–		(1.885)
Saldos em 31/12/2021	**165**	**780**	**130**	**299**	**–**	**250**	**203**	**–**	**18**	**1.845**
Saldos em 1º/01/2022	**165**	**780**	**130**	**299**	**–**	**250**	**203**	**–**	**18**	**1.845**
Custo	165	1.722	233	350	41	371	822	–	18	3.730
Depreciação acumulada		(942)	(103)	(51)	(41)	(121)	(619)	–	–	(1.885)
Saldos em 1º/01/2022	**165**	**780**	**130**	**299**	**–**	**250**	**203**	**–**	**18**	**1.845**
Adições		1.278	1.633	109	937	4.871	774	113	35	9.750
Transferências	–	18	–	–	–	–	–	–	(18)	–
Baixas	(165)	–	–	–	–	–	–	–	–	(165)
Depreciação		(74)	(79)	(94)	(44)	(195)	(246)	–	–	(732)
Saldos em 31/12/2022	**–**	**2.002**	**1.684**	**314**	**893**	**4.926**	**731**	**113**	**35**	**10.698**
Custo	–	3.018	1.866	459	978	5.242	1.596	113	35	13.315
Depreciação acumulada		(1.016)	(182)	(145)	(85)	(316)	(865)			(2.617)
Saldos em 31/12/2022	**–**	**2.002**	**1.684**	**314**	**893**	**4.926**	**731**	**113**	**35**	**10.698**

(iv) ***Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos:*** De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o período findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração não identificou a existência de indicativos de impairment e, consequentemente, não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas.

14. Fornecedores: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Fornecedores	134.478	106.723
Partes relacionadas (Nota n° 18)	239.959	101.352
	374.437	208.075

Por conta do forte crescimento nas vendas, a Companhia elevou seu fluxo de compras de mercadorias nacionais e importadas. Com isto vem crescendo seu saldo junto aos fornecedores.

15. Empréstimos e financiamentos: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Juros	Vencimento	2022	2021
Capital de giro	CDI + 3,3%	Fev/2027	360.223	13.496
Capital de giro FGI	CDI + 5,1%	Nov/2024	2.700	5.100
Risco sacado	21,7%	Mar/2023	17.643	–
Fundos de recebíveis	15,1%	Jun/2022	–	5.145
			380.566	23.741
Circulante			163.425	12.662
Não circulante			217.141	11.079

A taxa de juros informada representa a média ponderada das taxas dos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022. As garantias apresentadas são compostas por cessão fiduciária de recebíveis, estoque e aval. A Companhia possuía bens recebíveis dados como garantia, no valor de R$ 237.335 (R$ 38.475 em 31.12.2021). **Capital de giro e capital de giro FGI:** Operações de financiamento por meio de linha de crédito de capital de giro foram celebrados com Banco Safra S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco Inter S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Citibank S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Santander S.A. e Banco BTG Pactual S.A. As garantias apresentadas são compostas por cessão fiduciária de recebíveis e aval cruzado das empresas do Grupo Cantu Store. **Risco sacado:** A Companhia firmou convênio junto ao Banco Voiter, para contratar operações com objetivo de prorrogar o pagamento das obrigações junto aos fornecedores de mercadorias para revenda. Estas transações têm prazo médio de 60 dias e os encargos financeiros estão registrados no resultado da Companhia como despesa financeira. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo das demonstrações financeiras é de R$ 17.643. A movimentação dos empréstimos e financiamentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser assim demonstrada:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	23.741	50.481
Captação	383.017	10.600
Encargos financeiros	16.704	4.221
Amortização – principal	(41.428)	(38.298)
Amortização - juros e variações	(1.468)	(3.263)
Saldo no final do exercício	**380.566**	**23.741**

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2022	2021
2023	–	8.313
2024	116.631	2.766
2025	69.187	–
2026	29.638	–
2027	1.685	–
	217.141	**11.079**

Cláusulas restritivas ("*Covenants*"): O Grupo Cantu Store, na demonstração financeira combinada, está sujeito a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros consistem em: (a) Índice de liquidez corrente maior ou igual a 1,10. (b) Índice dívida líquida / EBITDA, menor ou igual a 2,30. (c) Distribuição de dividendos aos acionistas limitada a 50% do lucro líquido. (d) Saldo de caixa e equivalente de caixa maior ou igual a R$ 20.000. (e) Índice EBITDA / resultado financeiro líquido maior que 2,00. (f) Redução do capital social em qualquer montante. (g) Alteração do controle societário, direta ou indiretamente. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu todo os indicadores financeiros exigidos nas cláusulas restritivas.

16. Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos:
O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
ICMS	19.710	10.906
IRPJ	65.424	34.292
CSLL	24.082	12.540
IPI	30.597	–
Parcelamentos (i)	10.896	3.843
Outros	541	33
	151.250	61.614
Passivo circulante	113.673	60.607
Passivo não circulante	37.577	1.007

(i) Refere-se a débitos de ICMS Próprio e ICMS Substituição Tributária, declarados e não recolhidos nos seus respectivos vencimentos originais, e parcelados junto a Secretaria da Fazenda dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, em parcelas mensais que variam entre 12 e 60 meses e atualizados monetariamente pela taxa Selic.

17. Adiantamento de clientes e partes relacionadas:

	2022	2021
Clientes	684	514
Clientes partes relacionadas (Nota nº 18)	40.594	–
	41.278	514

18. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 referem-se a transações comerciais de compra e venda de mercadoria. Os saldos passivos com partes relacionadas incluem as operações de fornecimento de mercadorias.

PÁGINA CERTIFICADA
O jornal DIÁRIO CATARINENSE
Confirma a autenticidade deste documento
quando visualizado diretamente no portal
https://www.nsctotal.com.br/publicidadelegal

CPX DISTRIBUIDORA S.A.

Em 31/12/2022	Contas a receber	Adiantamentos a receber	Contas a pagar	Adiantamento a pagar	Vendas	Compras
Absolute Trade Ltda		18.553	38.792			141.645
Level Trade S.A.		6.103	27.299	8.000		112.596
Canaan Trade Ltda	205	1.221			8.254	
CS Trade Ltda (antes RJU)		50.954	63.403			428.889
ITR Comércio Pneus S.A.	42.566				343.763	
CP Comercial S.A.	198		110.465	32.594	202.364	138.286
	42.969	76.831	239.959	40.594	554.381	821.416

Em 31/12/2021	Contas a receber	Adiantamentos a receber	Contas a pagar	Mútuo a pagar	Vendas	Compras
Level Trade S.A.			14.484			78.018
CS Trade S.A. (antes RJU)			18.060			173.063
ITR Comércio Pneus S.A.	3.255				46.966	
CP Comercial S.A.			68.808		266.144	139.009
	3.255		101.352		313.110	390.090

Remuneração do pessoal chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui o quadro de diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2022	2021
Salários e pró-labore	1.624	287
Benefícios diretos e indiretos	270	140
Participação nos resultados	251	105
	2.145	532

19. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia possui as seguintes operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022. As operações tem como propósito a proteção quanto a flutuação nas taxas de câmbio e taxa ("CDI") em contratos de empréstimos e financiamentos.

Operação	Tipo	Risco	Valor contratado
SWAP	Câmbio	Dólar	137.000
SWAP	Câmbio	Euro	60.000
			197.000

A Companhia efetuou o registro contábil com base no valor justo em 31 de dezembro de 2022 pelo regime de competência. O valor acumulado líquido registrado está a seguir:

		Consolidado		
	Ajuste ao valor justo	Ganho (perda) efetivada	2022	2021
Programa				
Proteção da exposição cambial				
Contratos de dólar americano	(7.972)	(11.262)	(19.234)	–
Contratos de euro	1.022	–	1.022	–
Efeito líquido no resultado	(6.950)	(11.262)	(18.212)	–

As operações com derivativos foram contratadas a partir de janeiro de 2022, e até 31 de dezembro de 2022 estão apresentando resultado negativo de R$ 18.212 conforme demonstrado na Nota 24.

20. Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e tributárias. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos. Em 31 de dezembro de 2022, para processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados como sendo de risco provável, provisão é demonstrada como segue:

	2022	2021
Provisão para ações de natureza tributária (a)	50.364	43.832
Provisão para ações de natureza cível e trabalhista	682	682
	51.046	44.514
(-) Depósitos judiciais de natureza tributária (b)	(40.635)	(43.722)
	(40.635)	(43.722)

Ações de natureza tributária. Quanto aos processos de natureza tributária, referem-se ao DIFAL de ICMS onde a Companhia figura no polo ativo em ações judiciais movidas contra vinte e dois Estados da Federação, questionando a legalidade da cobrança de ICMS - Diferencial de alíquota, nas operações de vendas interestaduais destinadas a consumidor final e realizadas através da internet. (h) Depósito judicial de natureza tributária Em relação ao processo judicial, onde a Companhia figura no polo ativo, a Companhia obteve decisões liminares proferidas pelos tribunais regionais dos Estados de São Paulo, Tocantins, Rio Grande do Norte, Paraná, Goiás, Ceará, Bahia e Minas Gerais que permite que os valores de DIFAL de ICMS apurados sobre as operações de venda não presencial possam ser recolhidos por meio de guias de depósito judicial até que o mérito do respectivo processo seja definitivamente julgado **Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir: Existem ainda processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda classificado como possível, no montante de R$ 8.781 (R$ 8.205 em 2021).

21. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações (50.000.000 em 2021) sem valor nominal. O valor do capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 75.000 (R$ 50.000 em 2021). Em 18 de fevereiro de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no valor de R$ 25.000, integralizados mediante a capitalização do saldo de R$ 18.000 de lucros acumulados e R$ 7.000 mediante capitalização de reserva legal. Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, informamos que a Companhia tem como acionista majoritário a Cantu Store S.A. com 100% de participação do seu capital social. **(s) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído:** É constituída nos termos do § 4º e 5º do art. 202 da Lei 6.404/76, quando a Diretoria considerar o dividendo obrigatório incompatível com a situação financeira. **(t) Dividendos:** No estatuto social da Companhia que compõem as demonstrações financeiras, está previsto o percentual de 30% do lucro do exercício é destinado a título de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. **(u) Reserva de subvenções:** A Companhia é beneficiário de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos Estados de Pernambuco e Espírito Santo classificados como subvenção para investimento, e com base no Art. 30 da Lei 12.973/14 a Companhia passou a constituir a reserva de incentivos fiscais para que os respectivos valores não sejam computados na determinação da base de cálculo do lucro real. Os valores lançados na reserva de subvenções, são usufruídos na forma de apuração e apropriação de crédito presumido de ICMS calculados sobre as operações de venda interestadual para consumidor final não contribuinte. **(v) Reserva legal:** É constituída, antes de qualquer outra destinação, à razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

22. Receita operacional líquida:

A receita líquida possui a seguinte composição:	2021	2020
Vendas mercado interno (i)	1.529.345	642.745
Vendas mercado interno partes relacionadas (Nota explicativa 18)	554.381	313.110
Serviços prestados	32.856	16.075
Receita operacional bruta	2.116.582	971.930
Impostos sobre vendas	(62.268)	(98.375)
Devoluções e abatimentos	(340.516)	(25.154)
Deduções da receita	(402.784)	(123.529)
	1.713.798	848.401

Três fatores preponderantes influenciaram no aumento de aproximadamente 160% no faturamento da Companhia: 1) A inflação no setor automotivo provocada pela escassez de produtos no mercado, principalmente pneus de caminhão; 2) ampliação da área de atuação territorial devido a abertura de novas filiais nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste. Tivemos também a ampliação dos centros de distribuição localizados em Itajaí/SC, Serra/ES, Baruei/SP e Jaboatão dos Guararapes/PE, e também a ampliação e diversificação do portifólio de produtos onde a Companhia passou a comercializar pneus de moto, bicicleta, além de outras medidas de pneu para uso agrícola e industrial; e 3) A migração de uma parte do faturamento do segmento frota que antes era faturado pela empresa CP Comercial S.A, que compõem o Grupo Cantu Store.

23. Custo das mercadorias vendidas, despesas de vendas e despesas administrativas e gerais:

	2022	2021
Custo das mercadorias revendidas	1.173.452	629.178
Despesas com pessoal e encargos	62.269	14.695
Serviços de terceiros	24.105	10.690
Despesas com aluguel	6.117	361
Viagens e estadias	4.090	762
Comissões sobre vendas	55.871	27.198
Depreciação e amortização	3.032	1.996
Provisão com perdas esperadas de clientes	(580)	1.307
Fretes e armazenagem	90.745	21.949
Despesas com publicidade	16.443	4.587
Despesas com informática	11.369	1.783
Manutenção	2.344	–
Garantias	3.141	–
Seguros	642	–
Despesas com importação	2.550	–
Outros custos e despesas	10.897	6.334
	1.466.487	720.840

(v) Reconciliação dos custos e despesas por função:

	2022	2021
Custo das vendas	1.173.452	629.178
Despesas com vendas	170.168	65.859
Despesas administrativas e gerais	122.867	25.803
	1.466.487	720.840

24. Receitas e despesas financeiras:

	2022	2021
Despesas financeiras		
Encargos de dívida bancária	(19.753)	(4.682)
Juros pagos a terceiros	(13.968)	(2.309)
Tarifas bancárias	(1.651)	(1.470)
Taxa de adm. Cartão crédito	(11.260)	(7.963)
IOF	(2.206)	–
Juros sobre arrendamento mercantil	(1.134)	–
Despesas com Swap	(18.212)	–
Descontos concedidos	(20)	(1.202)
Outros	(317)	(806)
	(68.521)	(18.432)
Receitas financeiras		
Juros ativos	1.671	330
Descontos obtidos	931	187
Rendimento de aplicações financeiras	1.477	–
Rendimento Selic sobre crédito tributário	68.213	6.818
Outros	185	34
	72.477	7.369
Variação cambial líquida		
Variação cambial passiva	(19.978)	(1.519)
Variação cambial ativa	12.061	248
	(7.917)	(1.271)
	(3.961)	(12.334)

25. Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas:

Os valores estão assim representados:	2022	2021
Reversão de provisão para contingência de natureza tributária	46.118	5.482
Créditos de PIS e COFINS extemporâneos (i)	155.835	44.969
Débitos de IPI extemporâneos	(30.597)	–
Deságio na cessão de créditos tributários	(9.154)	–
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	1.960	4.687
	164.162	55.138

(i) Em 13 de maio de 2021 o Superior Tribunal de Justiça proferiu sentença transitada em julgado em favor da Companhia. A Administração efetuou o levantamento dos créditos referente aos exercícios de 2012 a 2021, registrado como outas receitas operacionais.

26. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro abaixo:

	2022	2021
Ativos financeiros		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	18.128	2.217
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	308.989	64.314
Depósitos judiciais	40.635	43.722
Adiantamento a fornecedores e partes relacionadas	78.000	10.968
Outras contas a receber	8.769	5.813
	454.521	127.034
Passivos financeiros:		
Custo amortizado:		
Fornecedores e partes relacionadas	392.080	208.075
Arrendamentos a pagar	39.285	6.108
Empréstimos e Financiamentos	380.566	23.741
Adiantamento de clientes e partes relacionadas	41.278	514
Outras contas a pagar e mútuo	17.172	8.707
	870.381	247.145

Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia detinha caixa e equivalentes, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha. **Contas a receber e fornecedores:** Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações. **Mútuos com partes relacionadas:** São classificados como outros ativos financeiros e estão registrados pelo método do custo amortizado. O valor contábil se equivale ao valor justo. **Empréstimos e financiamentos:** São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas. **Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito • Risco de liquidez e estrutura de capital • Risco de mercado • Risco cambial Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e País onde os clientes operam, uma vez que esses fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais. **Risco de liquidez e estrutura de capital:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser assim sumarizados:

	2022	2021
Total financiamentos e empréstimos (Nota 15)	380.566	23.741
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(18.128)	(2.217)
Dívida líquida	362.438	21.524
Patrimônio líquido	363.062	130.256
Capital total	725.500	151.780
Índice de alavancagem financeira	0,50	0,14

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pela Companhia e dos demais insumos, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco cambial:** A Companhia está sujeito ao risco de moeda nas compras denominados em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro. **Análise de sensibilidade:** As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia em moeda estrangeira são afetadas pelas variações do câmbio, tais como o Dólar. Contudo, a Companhia não espera impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência de a exposição cambial não ser material. As despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e SELIC. Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como a Selic. Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Operações com aplicações financeiras:

	Saldo em 31/12/22	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC				
Impacto no resultado	9.500	1.187	1.633	979

	Saldo em 31/12/21	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC				
Impacto no resultado	642	79	74	45

(*) Considera aumento da Selic em 25%. (**) Considera redução da Selic em 25%. A taxa de fechamento da Selic em 31 de dezembro de 2022 foi 13,75% (em 31 de dezembro de 2021 9,25%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,50% a.a. (em 31 de dezembro de 2021 12,25%), mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável).

Operações com financiamentos e empréstimos:

	Saldo em 31/12/2022	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC	380.566	47.570	65.419	39.236
Impacto no resultado				

	Saldo em 31/12/2021	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC				
Impacto no resultado	23.741	2.908	2.744	1.647

(*) Considera aumento da Selic em 25%. (**) Considera redução da Selic em 25%. A taxa de fechamento da Selic em 31 de dezembro de 2022 foi 13,75% (em 31 de dezembro de 2021 9,25%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,50% a.a. (em 31 de dezembro de 2021 12,25%), mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável).

27. Arrendamentos: A Companhia aluga diversos armazéns comerciais para sua área de estocagem e expedição de mercadorias e escritório de apoio. Em geral os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 3 a 10 anos, porém, eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém, os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um determinado período de tempo, em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas re-mensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Quando aplicável, os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É re-mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é re-mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. ***Arrendamentos de ativos de baixo valor:*** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por prazo de desconto:

Prazos	Taxa % a.a.
5 anos	14,0%

Ativo de direito de uso:

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	6.078	4.299
Adição por novos contratos Custos diretos incorridos	36.563	2.956
Baixa de contratos	(1.948)	–
Despesa de depreciação	(2.147)	(1.177)
Saldo em31 de dezembro	38.546	6.078

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	6.108	4.619
Juros provisionados	1.134	691
Juros pagos	(975)	(382)
Adição por novos contratos	42.515	2.874
Pagamentos	(6.830)	(1.694)
Ajuste por redução de pagamento	(2.667)	–
Saldo em 31 de dezembro	39.285	6.108
Passivo circulante	4.972	1.003
Passivo não circulante	34.313	5.105

Divulgações adicionais requeridas pela CVM: Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passi-

PÁGINA CERTIFICADA
O jornal DIÁRIO CATARINENSE
Confirma a autenticidade deste documento
quando visualizado diretamente no portal
https://www.nsctotal.com.br/publicidadelegal

CPX DISTRIBUIDORA S.A.

vo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2023	2024	2025	2026
Passivo de arrendamento				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	32.455	25.625	18.795	11.965
Fluxo com projeção de inflação	36.512	28.187	20.487	12.982
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Direito de uso líquido - saldo final				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	36.399	34.252	32.105	29.958
Fluxo com projeção de inflação	40.949	37.677	34.994	32.504
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Despesa financeira				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	5.095	4.795	4.494	4.194
Fluxo com projeção de inflação	5.731	5.274	4.898	4.550
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Despesa de depreciação				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	2.147	2.147	2.147	2.147
Fluxo com projeção de inflação	2.415	2.361	2.340	2.330
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%

28. Cobertura de seguros (não auditado): As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil dos Administradores	20.000
Edificações, Máquinas, Estoque	Incêndio, Queda raios, Explosão	90.000
Edificações, Máquinas, Estoque	Danos elétricos	400
Edificações, Máquinas, Estoque	Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado	900
Edificações, Máquinas, Estoque	Roubo, Furto	600
Estoque (por embarque/viagem)	Transporte Nacional de Carga	1.000
Estoque (por embarcação)	Transporte Internacional (marítimo)	USD 1.200
Estoque (por veículo/aeronave)	Transporte Internacional (terrestre/aéreo)	USD 500

29. Eventos subsequentes: Aumento de capital: Foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 08 de fevereiro de 2023, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 215.000, que foi integralizado em moeda corrente. **Debêntures:** A Companhia aprovou em 08 de março de 2023 a realização de sua primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$ 375.000, emitidas em 15 de março de 2023, nos termos da Resolução CVM nº 160/2022. Os recursos a serem captados por meio das Debêntures serão destinados para reforço do capital de giro e constituição de garantia de cessão fiduciária de certificados de recebíveis bancários a ser outorgada no âmbito da Emissão.

DIRETORIA

Vitor das Neves Leme - Diretor Adm e Financeiro
Joel Goncalves de Deus - Diretor Contábil

CONTADOR

Joel Goncalves de Deus - CRC SC-025519/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas - **CPX Distribuidora S.A**.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da CPX Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPX Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., Av. Rio Branco, 847, Salas 401, 402, 403 e 409, Florianópolis, SC, Brasil, 88015-205 T: 4004-8000, www.pwc.com.br Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 6 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

EM TODA SC
Ouça em
nsctotal.com.br